

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL ALVES NUNES NETO

AUTORITARISMO E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO CHILE:
UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR
CHILENA (1973-1990) UTILIZANDO A IMPRENSA COMO RECURSO
DIDÁTICO

São Luís/MA
2023

RAFAEL ALVES NUNES NETO

**AUTORITARISMO E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO CHILE:
UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR
CHILENA (1973-1990) UTILIZANDO A IMPRENSA COMO RECURSO
DIDÁTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Carine Dalmás

São Luís/MA
2023

Nunes Neto, Rafael Alves

Autoritarismo e violações dos direitos humanos no Chile : uma proposta de ensino de história da ditadura militar chilena (1973-1990) utilizando a imprensa como recurso didático / Rafael Alves Nunes Neto. – São Luís, 2023.

-- 96 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Carine Dalmás.

1. Ensino de História. 2. Ditadura Militar Chilena. 3. Violação dos Direitos Humanos.
I. Título.

CDU 93/94:321.64(83)

RAFAEL ALVES NUNES NETO

**AUTORITARISMO E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO CHILE:
UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR
CHILENA (1973-1990) UTILIZANDO A IMPRENSA COMO RECURSO
DIDÁTICO**

Banca Avaliadora:

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



CARINE DALMAS
Data: 06/12/2023 20:20:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carine Dalmás (orientadora)
(PPGHIST/UEMA)

Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente



ELISA DE CAMPOS BORGES
Data: 06/12/2023 20:31:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elisa de Campos Borges (arguidora)
(PPGH/UFF)

Documento assinado digitalmente



FABIO HENRIQUE MONTEIRO SILVA
Data: 07/12/2023 08:18:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (suplente)
(PPGHIST/UEMA)

São Luís/MA
2023

RESUMO

Resumo: O presente trabalho articula uma síntese histórica sobre o *Terror de Estado* imposto à sociedade chilena durante a ditadura militar (1973-1990) com a análise da repercussão das violações dos Direitos Humanos na imprensa brasileira. Nosso objetivo é propor abordagens sobre o tema para estudantes do ensino Fundamental II que dimensione a relevância do episódio para compreensão da História da América Latina do século XX associada com a sua repercussão na imprensa maranhense e, sendo assim, com a História Política do Brasil. Partimos de uma revisão bibliográfica de obras consideradas fundamentais para a compreensão das práticas, estratégias e instituições que implementaram o *Terror de Estado* no Chile e que foram responsáveis pelas comprovadas violações dos Direitos Humanos impetradas sobre a sociedade chilena. Selecionamos nos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Estado de São Paulo* materiais de diferentes naturezas (notícias, artigos, editoriais, charges, imagens) que registraram a repercussão das ações repressivas do governo militar chileno na imprensa brasileira, especialmente, o recurso à violência como estratégia de legitimação do poder de Estado. As publicações da imprensa brasileira, elucidadas pelo estudo histórico-crítico sobre a ditadura militar chilena são tomados como suportes para propostas de intervenções didáticas que exploram a dimensão transnacional das práticas de *Terror de Estado* que marcaram a história brasileira e latino-americana na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Ditadura Militar Chilena, Violação dos Direitos Humanos, Ensino de História.

ABSTRACT

Abstract: The present work articulates a historical synthesis about the State Terror imposed on Chilean society during the military dictatorship (1973-1990) with the analysis of the repercussion of Human Rights violations in the Brazilian press. Our objective is to propose approaches on the subject for students of Elementary School II that dimension the relevance of the episode for understanding the History of Latin America of the 20th century associated with its repercussion in the press of Maranhão and, therefore, with the Political History of Brazil. We start with a bibliographic review of works considered fundamental for understanding the practices, strategies and institutions that implemented State Terror in Chile and that were responsible for the proven violations of Human Rights filed against Chilean society. We selected from the newspapers *O Estado do Maranhão* and *O Estado de São Paulo* materials of different natures (news, articles, editorials, cartoons, images) that recorded the repercussion of the repressive actions of the Chilean military government in the Brazilian press, especially the use of violence as a strategy for legitimizing state power. The publications of the Brazilian press, elucidated by the historical-critical study of the Chilean military dictatorship, are taken as supports for proposals for didactic interventions that explore the transnational dimension of State Terror practices that marked Brazilian and Latin American history in the second half of the 20th century. 20th century.

Keywords: Chilean Military Dictatorship, Human Rights Violation, History Teaching.

Lista de siglas

AFP	Agência France-Presse
ANDA	Agência Nacional de Notícias
ANSA	Agenzia Nazionale Stampa Associata
AP	Associated Press
AHMRE	Arquivo histórico do Ministério das Relações Exteriores
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CIA	Central de Intelligence Agency
CUT	Central Única de Trabajadores
CNI	Central Nacional de Informaciones
DPA	Deutsche Presse-Agentur
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional
DOI	Destacamento operações de informação
CODI	Centro de operações de defesa
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FACH	Força Aérea Chilena
FPRM	Frente Patriótica Manuel Rodriguez
IPES	Instituto de pesquisa e estudos sociais
UDI	União Democrática Independente
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
UP	Unidade Popular
UPI	United Press International
MAPU	Movimiento de Acción Popular Unitario
MIR	Movimiento Izquierda Revolucionaria
PDC	Partido Democracia Cristã
PS	Partido Socialista
OEM	O Estado do Maranhão
OESP	O Estado de São Paulo
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas

Lista de tabelas

Tabela 1 - Vítimas de violações de direitos humanos e violência política, segundo ano em que ocorreram os fatos investigados (1973-1990)

Tabela 2 – Características sociodemográficas e políticas das vítimas de violações de direitos humanos e violência política

Tabela 3 – Vinculações políticas

Tabela 4: Notícias encontradas no Jornal O Estado do Maranhão (1973 – 1990)

Tabela 5: Notícias encontradas em O Estado de São Paulo (1973 – 1990)

Sumário

Introdução.....	5
Capítulo I – O golpe militar no Chile: o 11 de setembro chileno.....	20
1.2 Articulações internacionais da Ditadura Pinochet: Brasil e Operação Condor	24
1.3 Violações aos Direitos Humanos no Chile – Os primeiros atos de torturas no Chile da década de 1970: o caso dos marinheiros chilenos	31
1.3.2 A Caravana da Morte	33
1.3.3 A tortura e sua institucionalização na DINA/CNI	35
Capítulo II - “A violação dos Direitos Humanos na Grande Imprensa: Os jornais <i>O Estado do Maranhão</i> e o <i>Estado de São Paulo</i> ”	49
O jornal <i>O Estado do Maranhão</i>	49
O Jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	57
Capítulo III – O ensino da História na ditadura chilena: balanço bibliográfico e perspectivas	73
Direitos Humanos em parâmetro com o documento curricular do território maranhense	77
A educação em Direitos Humanos de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	78
Considerações finais	82
Referências bibliográficas	84
ANEXOS.....	88
Tabela 4: Notícias encontradas no jornal <i>O Estado do Maranhão</i> (1973 – 1990).....	88
Notícias encontradas no jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (1973-1990)	89
.....	91

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de produzir uma síntese histórica e propostas de abordagens sobre o *Terror de Estado* imposto à sociedade chilena durante as ditadura militar (1973-1990) no ensino de história de nível Fundamental II. A narrativa será respaldada por uma revisão bibliográfica de obras consideradas fundamentais para a compreensão do processo histórico, com ênfase nas práticas, estratégias e instituições que resultaram em comprovadas violações dos Direitos Humanos durante a ditadura militar chilena.

O trabalho tem por finalidade abordar em três capítulos o golpe militar a partir de autores especialistas, entender como imprensa abordou tais denúncias – nesse ponto iremos utilizar impressos considerados de grande imprensa (*O Estado de São Paulo* e *O Estado do Maranhão*), o tema deste trabalho se apresenta como fundamental para o conhecimento de regimes de exceção que atuaram a partir de ações sistemáticas de violação aos Direitos Humanos, observamos que há pouca abordagem dessa temática no ensino básico devido há poucos materiais didáticos voltados para esse tema.

Assim entendemos que há a necessidade de produtos que possam ser utilizados em intervenções didáticas além do livro didático distribuído nas escolas públicas do Estado, dessa forma a finalidade deste trabalho é apresentar uma proposta de ensino de História e como os periódicos podem ser utilizados como recursos pedagógicos para alunos de ensino básico.

Dessa forma entendemos que a relação entre dissertação e produto se dá na fundamentação teórica presente na dissertação que será apresentada ao leitor no momento que o mesmo tiver contato com o debate sobre a fonte, que estará presente no produto.

Entendemos inicialmente a necessidade de fazer uma breve discussão sobre alguns conceitos importantes para a compreensão deste trabalho.

As historiadoras Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino (2014) classificam as ditaduras que se instalaram na América latina em meados do século XX como fenômenos relacionados ao contexto da Guerra Fria, quando os Estados Unidos e a elites nacionais, temendo o avanço do comunismo, incentivaram e/ou apoiaram intervenções militares em países como Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai.

No conjunto desses países havia uma intensa mobilização política que envolvia sindicatos e organizações de esquerda, além de ligas camponesas, guerrilhas indígenas,

movimentos estudantis, entre outros movimentos sociais e políticos inspirados em ações revolucionárias identificadas com o socialismo ou o comunismo (PRADO e PELLEGRINO, 2014, p.60).

As ditaduras militares que eclodiram nos países da América do Sul na segunda metade do século XX têm por característica seguir as premissas das DSN – Doutrinas de Segurança Nacional.

Enrique Serra Padrós afirma que as DSN possuíam com uma das principais premissas rejeitar a divisão de classes, estas conflitavam com a ideia de unidade política (PADRÓS, 2008, p.147).

Dessa forma qualquer sentimento antagônico ao princípio da DSN era visto como “ideologia estranha”, nocivo aos interesses da nação:

Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada. Essa guerra, em função das particularidades do “inimigo interno” a ser enfrentada e transformada em “guerra total”, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos “defensores” da unidade nacional e do “mundo livre” (PADRÓS, 2008, p.147).

Padrós ressalta ainda que a partir dos princípios da DSN se instituiu, entre as décadas de 60 e 70, o Terror de Estado. Este dirigiu-se a partir do poder central contra movimentos insurgentes, utilizando o uso maciço das torturas, presença de esquadrões da morte, desaparecimentos e internacionalização do sistema repressivo. Após os golpes de Estado na Argentina, Chile e Uruguai grupos paramilitares diluíram-se dentro das forças repressivas do Estado e continuaram exercendo as mesmas atividades terroristas, porém de forma institucionalizada de um estado sem limites (PADRÓS, 2008, p.161).

No Chile, a diferença residiu em que a direita e extrema-direita, com cobertura e apoio da CIA – bem maiores do que nos casos citados -, patrocinaram atentados desestabilizadores e se organizaram no esquadrão paramilitar Patria y Libertad, opondo-se ao governo socialista da Unidade Popular, usando certas estruturas do poder estatal que haviam permanecido fora do controle de Allende (particularmente nas forças de segurança), ou, então, evoluíram, gradualmente, para posições de franca conspiração (PADRÓS, 2008, p155).

A repressão institucionalizada por meio de órgãos como SNI (Sistema Nacional de Inteligência) e DOI/CODI (Destacamento operações de informação/Centro de operações de defesa), dentre outros órgãos que atuaram na censura à músicas, livros e instituições.

O historiador Enrique Serra Padrós (2008) analisou como a DSN foi difundida e serviu como meio para a quebra da institucionalidade na América latina. Segundo o autor, uma das principais premissas da DSN foi a rejeição da divisão de classes porque entrava em conflito com a ideia de unidade política, nas suas palavras:

Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe, mas a partir do sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional, portanto qualquer pensamento que aponte para antagonismos sociais ou questionamentos é identificado como nocivo aos interesses da nação (PADRÓS, 2007, p.144).

Nesse ponto o sentimento de anticomunismo, criando a ideia de uma guerra interna, portanto o comunismo seria o inimigo interno de cada nação.

Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada. Essa guerra, em função das particularidades do “inimigo interno”, da periculosidade e dos desdobramentos da ação do inimigo, devia ser enfrentada e transformada em “guerra total”, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos “defensores” da unidade nacional e do “mundo livre” (PADRÓS, 2007, p. 147).

A partir da DSN instituiu-se o Terror de Estado, outra característica comum das ditaduras latino-americanas das décadas de 60 e 70. O Terror de Estado dirigia-se do poder central contra movimentos insurgentes e pessoas que fossem vistas como “inimigas” da Segurança Nacional, recorrendo ao uso maciço da tortura, formação e ação de esquadrões da morte, desaparecimentos forjados e internacionalização do sistema repressivo.

Os regimes autoritários do cone sul institucionalizaram a violação aos direitos humanos. Durante a ditadura Pinochet a violação aos direitos humanos desdobrou-se em duas estratégias principais: as ações empreendidas pela Caravana da Morte e as torturas gradualmente sistematizadas pela *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) e *Central Nacional de Inteligencia* (CNI).

Segundo Anthony W. Pereira¹, a legalidade da segurança nacional chilena, em comparação com a brasileira, escolheu “um caminho que o Brasil optou por não tomar,

¹ Anthony W. Pereira, no livro *Ditadura e Repressão o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina* (2005), apresenta uma análise comparada dos regimes militares no Brasil, Chile e Argentina. Seu trabalho auxiliou esta pesquisa desde o início, pois além de traçar elementos comuns entre os três casos, destacou especificidades da ditadura de Pinochet.

uma vez que sua estratégia repressiva foi mais radical e menos “judicializada” que a brasileira” (PEREIRA, 2005, p.149).

A compreensão crítica sobre o tratamento do tema da violação dos Direitos Humanos nos jornais exige atenção na forma como os regimes de exceção são caracterizados nos jornais. Nesse sentido, algumas distinções tornam-se necessárias.

As historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, analisam os conceitos de Democracia de Ditadura e ressaltam que estas ideias, oriundas da Antiguidade, tiveram seus significados transformados na história recente que precisam ser reconhecidos. A Ditadura, nesse sentido, é o governo de uma pessoa ou poucas pessoas que arrogaram o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições, e pode ser classificada de três formas: ditaduras simples, *cesaristas* e totalitárias.

Neumann escreve que a ditadura simples seja ela militar ou monárquica detém o controle dos instrumentos de domínio tais como polícia, burocracia e judiciário, as *cesaristas* para o autor chega a ser a necessidade de apoio popular e a personalização em torno de um líder.

A historiadora chilena Veronica Valdivia classifica a Ditadura de Pinochet como *cesarista*², ou seja, trata-se de uma ditadura que apresentou características totalitárias devido a presença de um líder forte e das massas populares, porém esses pontos podem não serem fortes o suficiente para garantir o poder e acabam por obrigar o Estado a lançar mão de outras estratégias como controle da educação, meios de comunicação e instituições econômicas.

A Ditadura de Pinochet pode ser caracterizada por cesarista, devido a presença de um líder (Gal. Pinochet), pois de acordo com a historiografia, o general controlava o Estado Chileno a partir de sua influência como comandante militar.

Os historiadores Cássio Miguel dos Santos Camargo e Rafael Souza (2011), refletindo sobre repressão e música no Chile³, ressaltam que as ditaduras se dividem em dois tipos: autoritárias e totalitárias. A ditadura autoritária caracteriza-se pelo repúdio à democracia formal e impõe-se por meio de um sistema político uni partidário apoiado num discurso ideológico difundidos massivamente pelos meios de comunicação para ser absorvido pela sociedade civil. No governo totalitário, o ditador é a personificação do Estado.

² A autora utiliza esse termo no artigo intitulado: Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989).

³ O autor escreve seu trabalho no artigo intitulado: *Ditadura, repressão e música no Chile*.

Sobre os regimes autoritários Camargo & Souza (2011) esclarecem que os direitos individuais ficam à mercê de um confuso sistema de segurança nacional, o sistema político pode até ser formado por mais de um partido, porém a maioria não tem poder de decisão e nem interferência nas decisões tomadas por um pequeno grupo.

Os governos autoritários, na tentativa de eliminar os opositores, utilizam massivamente leis de segurança nacional, como no caso das ditaduras instaladas no Cone Sul⁴ na segunda metade do século passado, segundo o autor os governos militares (ditaduras) estavam orientados pelos interesses das elites deixando de lado qualquer reivindicação das classes menos favorecidas. Dessa forma reprimiam com total violência reivindicações das classes populares.

A compreensão do conceito de Direitos Humanos é importante para o entendimento dos crimes cometidos pela ditadura de Pinochet, para tal finalidade utilizamos alguns autores no debate acerca sobre o que são os Direitos humanos.

Para o UNICEF, os Direitos Humanos são normas que protegem a dignidade de todos os seres humanos. Segundo a instituição as leis dos Direitos Humanos obriga os Estado a fazer determinadas coisas, quanto impedi-lo de outras.

Os Direitos Humanos são universais e inalienáveis, ou seja, todas as pessoas no mundo têm direitos, ninguém pode desistir nem pode ser retirado. São indivisíveis, são inerentes à dignidade humana, não há um direito “menor” nem uma hierarquia entre eles.

Os direitos são interdependentes e inter-relacionados, a realização de um direito depende da relação de outro direito, como por exemplo ter direito à saúde poderá depender do direito à educação.

Igualdade e não discriminação também faz parte dos Direitos Humanos, portanto, todos são iguais, e a dignidade é inerente aos seres humanos. Todos têm os seus direitos resguardados, sem discriminação de qualquer tipo seja de raça, cor, sexo, etnia, idioma, religião, opinião política.

Todos os seres humanos têm seus direitos à participação ativa, seja na sociedade civil, na política, econômico, social e cultural, segundo o UNICEF, isso significa a “Participação e inclusão”.

Os Direitos Humanos exigem que os Estados e outros detentores têm que cumprir as normas, sendo passível de responsabilização àqueles que não fizerem, através de um tribunal competente.

⁴ Ditaduras militares instaladas no Brasil (1964), Chile (1973), Argentina e Uruguai (1976).

A historiadora norte-americana Lynn Hunt, no livro “A Invenção dos Direitos Humanos – Uma história”, ressalta as três qualidades centrais dos Direitos Humanos: são naturais, inerentes aos seres humanos; devem ser iguais (para todos) e universais, ou seja, devem alcançar todas as partes do mundo.

Segundo a autora, esses direitos só são suficientes quando ganham caráter político, pois não são os direitos num estado de natureza, mas sim num estado de sociedade e portanto, são “direitos garantidos no mundo político secular (mesmo que sejam chamados “sagrados”), e são direitos que requerem uma participação ativa daqueles que os detém” (HUNT, 2007, p.19).

Lynn Hunt aponta que após a Queda da Bastilha havia a necessidade de uma declaração, essa colocaria a soberania da nação em oposição ao rei, declarava os “direitos naturais e inalienáveis e sagrados do homem” (HUNT, 2007, p.14). Todos são iguais perante a lei, a necessidade da eliminação dos privilégios a partir do nascimento. De acordo com Lynn Hunt, os direitos humanos são resultado da empatia.

Para a autora “as leis devem ser convenções entre os homens num estado de liberdade” (HUNT, 2007, p. 97)

Celso Pacheco e Renata Marques apontam algumas definições para Direitos Humanos formuladas por especialistas e lembram que em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhecendo a dignidade de todos os seres humanos, decidiu que todos os seres humanos têm direitos e liberdades sem distinção de raça, cor, língua, religião, orientação sexual, opinião política, origem nacional, social, riqueza ou qualquer outra condição (PACHECO & MARQUES,2017, p.191).

A partir da reflexão dos autores citados, podemos compreender que os Direitos Humanos são inerentes a todos os seres humanos, independente de origem, orientação sexual, credo, raça e gênero.

E cabe aos Estados assegurá-los permitindo que haja o respeito à dignidade humana, portando, a defesa dos Direitos Humanos é uma obrigação do Estado para com a sociedade.

O entendimento do conceito de Direitos Humanos se apresenta de forma primordial para a compreensão das violações perpetradas durante o regime de Pinochet, haja visto, que o período de 1973 a 1990 foi marcado por sucessivas ações desencadeadas pelo regime pinochetista afim de perseguir opositores ao seu regime autoritário, dessa forma entendemos que a compreensão do conceito de Direitos Humanos se torna primordial para a compreensão do que foi a Ditadura de Augusto Pinochet no Chile.

A Ditadura de Pinochet se apresenta como um regime inserido num contexto de disputa ideológica dentro da América Latina, dessa forma, as ações desencadeadas pelos militares chilenos tinham a finalidade de eliminar pensamentos divergentes ao que era visto como tradicional dentro da sociedade chilena. As ações tomadas pela Junta Militar Chilena após o golpe de 1973 representaram a tentativa de apresentar às nações latino-americanas uma força dos militares na disputa hegemônica do contexto da Guerra Fria.

Como apontado anteriormente, os jornais brasileiros foram as principais fontes de pesquisa desse trabalho.

A escolha dos impressos de grande circulação se deve ao fato do grande alcance que os mesmos atingem no público, os jornais escolhidos nessa pesquisa têm por ponto em comum a grande tiragem e serem diários, ou seja, todos os dias são publicados edições desses jornais.

Outra razão da escolha dos jornais de grande circulação é devido à pesquisa ter uma origem num projeto de Iniciação Científica, durante dois anos realizamos pesquisa utilizamos jornais de tiragem diária da cidade de São Luís, esses impressos nos ajudam a perceber como a imprensa veiculou notícias sobre o tema durante a Ditadura de Pinochet, mesmos silenciando acerca das violações desencadeada dentro de nosso país.

A partir dessa pesquisa, podemos coletar um significativo material proveniente do jornal *O Estado do Maranhão*, sendo este um material relevante para nossa proposta de produzir um produto educacional voltado para o ensino de História.

Dessa forma, é fundamental para esta pesquisa explicitar como trataremos os jornais da imprensa de grande circulação nesta pesquisa.

Os jornais de grande imprensa a partir da perspectiva de Antonio Gramsci constituem os “Aparelhos privados de Hegemonia”, Cunha (2018) refletindo acerca do jornal *O Estado do Maranhão*, utiliza o termo gramsciano, de acordo com Cunha (2018) o posicionamento desses impressos corrobora para a luta de classes, e nas disputas de projetos de classes.

O Estado ampliado, segundo Antonio Gramsci, consiste na união entre sociedade civil e sociedade política, isto é, na hegemonia revestida de coerção. Assim, a sociedade civil, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (sistema escolar, meios de comunicação, partidos políticos, sindicatos, sistema jurídico, Igreja, movimentos sociais, entre outros) se constitui como espaço de hegemonia, ou seja, o espaço da luta de classes. Logo, existe a necessidade de pensar as esferas econômicas em conjunto com as culturais e políticas, ou seja, a realidade social apresenta uma perspectiva totalizadora. Assim, o

Estado apresenta uma figura educadora, "formadora de consenso em relação a determinadas práticas culturais e morais (CUNHA, 2018, p.6).

Um caminho importante para análise dos conteúdos foi a compreensão de que o discurso dos jornais constituem representações e legitimam imaginários sociais a respeito dos acontecimentos, processos, sujeitos, sociedades e temas que abordam. Para pensar a questão da constituição de imaginários sociais, Bronislaw Baczko elaborou uma reflexão metodológica relacionando às diversas abordagens que se cruzam no campo das representações.

Segundo o autor, os imaginários sociais compõe-se de um sistema de representações constituídos por ideologias, imagens, símbolos, mitos e utopias:

É através dos seus imaginários sociais que uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código do "bom comportamento", designadamente por meio da instalação de modelos formadores tais como o do "chefe", o "bom súdito", "o guerreiro corajoso" etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma "ordem" em que cada elemento encontra o seu "lugar", a sua identidade e a sua razão de ser (BACZKO, 1985, p.308-309).

Os meios de comunicação apresentam descrições e interpretações dos acontecimentos históricos conforme os valores e representações que pretendem legitimar na sociedade. Dessa forma, a escolha dos acontecimentos abordados e a forma de apresentá-los ao público precisa ser desvendadas para uma melhor compreensão do discurso desses meios de comunicação e seu lugar no processo de legitimação de determinadas ideias sobre uma sociedade, no caso, a sociedade chilena no contexto da ditadura de Pinochet.

A categoria *representação*, também central para este estudo, tomamos das formulações de Roger Chartier (1991) quando afirma:

As acepções correspondentes à palavra "representação" atestam duas famílias de sentidos aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem"

capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como é (CHARTIER, 1991, p.184).

Para Chartier (1991), as representações mascaram em vez de pintar o que é referente, manipulam os signos destinados a produzir ilusão.

A historiadora Maria Helena Capelato, em seu estudo sobre a propaganda política, ressalta que a representação deve ser entendida a partir de uma relação entre linguagem, símbolo e imaginário. Segundo a autora, o símbolo é um signo implicado numa relação de representação sendo essa última a imagem mental possibilitada pelo uso dos signos:

A relação simbólica, entre o signo e o que ele dá a conhecer é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso ao imaginário. Afinal, no jogo entre o significante e o significado, o símbolo e a coisa, tem força de cânone a afirmação de que o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária e as imagens possuem uma função simbólica que entendemos ser a elaboração, o estabelecimento, de uma comunicação (CAPELATO, 2000, pág.228).

As disputas pelo poder e a representação exercem uma relação dupla e de recíproca subordinação, ou seja, “[...] a instituição do poder se apropria da representação do poder como sua” (CAPELATO, 2000, p.229). As representações expressam assim uma função estruturante na construção dos sistemas de comunicação.

A imprensa, em geral, e os jornais, em particular, utilizam-se, no processo de construção das informações, diferentes estratégias discursivas para legitimar representações que dão sentidos a imaginários sociais convenientes com seus interesses políticos e econômicos. Por essa razão, faz-se necessário uma análise cuidadosa dos textos, imagens e manchetes sobre o tema publicados nos jornais, associados a uma abordagem adequada da materialidade desse suporte.

Utilizamos a imprensa como fonte de pesquisa, mas, devido à natureza desta pesquisa, além da compreensão do uso dos jornais como ferramenta de pesquisa faz-se necessária a distinção de seu papel como recurso pedagógico.

Através dos estudos da historiadora Maria Helena Capelato (1985) sobre a grande imprensa buscamos analisar o imprenso, observar o grupo político que representavam, seus objetivos políticos e econômicos, para qual grupo social se dirigiam, seu alcance no contexto pesquisado e sua tiragem.

Capelato (2015) historicizou a imprensa brasileira para fundamentar sua crítica à concepção de imprensa vigente no país. Nesse sentido, recuperou as definições que

colocavam a imprensa como suporte da verdade dos fatos, como “imagem ótica”, demonstrando que a metáfora ótica deve ser considerada uma técnica de linguagem que ilumina apenas uma pequena parte de algo mais complexo, deixando na escuridão toda outra parte que poderia ser utilizada como contrapeso do que está sendo noticiado:

[...] essa técnica é usada de tal forma que “aparentemente se diz a verdade, pois o que é dito não pode ser negado e, não obstante, tudo é falsificado, pois a verdade exige toda a verdade, assim como a explícita ligação entre suas partes. [...] As relações hierárquicas que sustentam a empresa jornalística, os conflitos gerados por relações de poder e interesses contraditórios que se manifestam no interior e para fora desse microcosmo ficam ocultos nas páginas do jornal. As omissões, os critérios de seleção e fabricação de notícias, e os interesses que movem os atores responsáveis pela empresa jornalística não evidenciam para o leitor que vê e consome, com rótulo de veracidade, um produto que representa a síntese de múltiplos e contraditórios olhares (CAPELATO, 2015, p.126).

Sob tal perspectiva, entende-se que na elaboração da notícia apresentam-se vários fatores como as omissões, os critérios de seleção, os interesses particulares ou de um grupo, as relações hierárquicas presentes dentro dessas empresas e que não estão explícitos nas páginas publicadas (CAPELATO, 2015, p.133).

A leitura crítica desses documentos em aulas de história, contrapondo a análise crítica do conteúdo com documentos de outra natureza e com a historiografia especializada sobre o tema permitirá aos estudantes apropriarem-se dos atributos da interpretação histórica como recurso para uma análise crítica das informações amplamente difundidas pelos meios de comunicação.

Segundo Capelato (2015), os meios de comunicação exercem papel bem semelhante aos partidos políticos, devido a uma estrutura partidária frágil que existe no Brasil, principalmente nas campanhas eleitorais. Nesse sentido, lembra a eleição de Fernando Collor de Melo em que o papel da mídia foi determinante para sua vitória (CAPELATO, 2015, p 128):

[...] no que se refere ao estudo da atuação da “grande imprensa” no campo da política, devem-se considerar, primeiramente, as concepções ideológicas de seus proprietários e econômicos aos quais estão vinculados. Esses elementos são imprescindíveis para uma leitura ampla e aprofundada do jornal. Mas ela também exige um conhecimento igualmente amplo e profundo do contexto histórico referente ao período escolhido para análise, a partir do qual se podem compreender as ideias expostas no periódico. (CAPELATO, 2015, p.130)

A autora afirma que em cada periódico observamos projetos políticos de poder “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativo de vários setores da sociedade.” (CAPELATO, 1980, p. 4).

Capelato destaca ainda como a transformação da imprensa em empresa interferiu na política à medida em que criou uma mercadoria específica, a mercadoria política:

Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a “mercadoria política”. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública” (CAPELATO, 2015, p.122).

O pesquisador que utiliza o jornal como fonte documental precisa observar as concepções ideológicas dos proprietários e dos jornalistas, além dos interesses políticos e econômicos em jogo.

Nesse sentido, algumas perguntas devem ser respondidas: quem é ou são os proprietários do jornal? A quem ele se dirige? A partir de quais objetivos? Quais recursos dispõe?

A partir das reflexões de Capelato, observamos que a pesquisa histórica com jornais exige que levemos em consideração aspectos externos e internos. O primeiro diz respeito aos elementos políticos e econômicos que os sustentam e definem, o segundo privilegia a compreensão do conteúdo veiculado (editoriais, artigos de opinião, notícias, publicidades, diagramação, imagens, anúncios, entre outros.) (CAPELATO, 2015, p.133).

Ainda sobre o aspecto interno do jornal, precisamos atentar para a função das suas partes. Os editoriais, por exemplo, constituem o espaço textual que deixam mais evidentes os objetivos dos donos do jornal (CAPELATO, 2015, p.123).

A informação, portanto, não é neutra e cabe ao pesquisador averiguar se ela é verdadeira, além de considerar os artifícios que fazem parte da diagramação como a escolha do local destinado à notícia.

Nosso trabalho tem por tema as violações aos direitos humanos durante a ditadura militar chilena, a partir da leitura do artigo de Rodrigo Patto Sá Motta, concordamos a ideia de que o público não é uma “massa amorfa” como escreve o historiador, e o mesmo enfatiza sobre a cautela sobre os reais efeitos dos periódicos (MOTTA, 2013, p. 65).

Para avaliar a força da imprensa há que se levar em conta também a resposta do público, que não deve ser considerado uma massa amorfa. É preciso cautela ao avaliar os efeitos reais dos periódicos, assim como de qualquer outra forma de impresso. O simples fato de determinado impresso circular e ser lido não implica recepção unívoca: pode haver apropriações diferentes e usos diversos do pretendido pelos editores, de modo que análises ingênuas devem ser evitadas. Por limitações de espaço não será possível fazer estudo de recepção/apropriação, embora existam possibilidades interessantes a explorar (MOTTA, 2013, p. 65).

Dessa forma, é importante observar para qual grupo social o impresso utilizado está voltado, ou seja, quem são os leitores e qual a intenção de veicular certas notícias e deixar de lado outras, outra característica importante a ser mencionada no uso do impresso como fonte diz respeito ao local do jornal que determinadas notícias são veiculadas, nas palavras de Tania de Luca o conteúdo a ser utilizado pelo pesquisador é aquilo que se tornou notícia e portanto há uma necessidade de compreender vários aspectos:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias: trata-se, por exemplo, da seção "política nacional" ou da "policia"? (Já se mostrou como greves e movimentos sociais são sistematicamente alocados na última.) O assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (LUCA, 2008, p. 140).

Como aponta Heloísa Cruz & Maria Peixoto (2007) o uso do periódico como fonte de pesquisa requer um cuidado minucioso, pois as autoras afirmam que a imprensa não foi produzida para a pesquisa, a partir da leitura do artigo das autoras, observamos alguns pontos elencados para uma melhor análise do periódico.

Cruz & Peixoto (2007) apresentam ao leitor alguns pontos que merecem ser destacados quando se utiliza a imprensa como fonte histórica, tais como identificação do periódico; projeto gráfico/editorial; movimentação e posicionamento político; aspectos gráficos (capa, manchetes, proprietários/diretores, redator, tiragem, período de circulação, preço entre outras características presentes no periódico).

Ao iniciarmos a análise pela publicação, propõe-se justamente apreender seu espaço de articulação na configuração de uma determinada conjuntura e os fios que a remetem para outras dimensões e que constituem a historicidade daquele tempo - a historicidade da publicação e da conjuntura simultaneamente. O estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade. Como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa. Fontes como a legislação geral sobre direitos de comunicação e expressão, sobre propriedade e controle dos meios de comunicação, sobre classificação de conteúdos, censura, direito de imagem e responsabilidade editorial além de ajudar a ampliar a visibilidade dos fatores que compõem a cena histórica, podem, é claro, ajudar a aprofundar a compreensão da atuação do jornal ou revista (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 267).

Por fim, a análise dos jornais enquanto fontes históricas, também pressupõe procedimentos metodológicos adequados. Ao escrever sobre os procedimentos críticos que demandam os jornais, Tânia de Luca aponta a importância de se observar a materialidade do impresso (formatos, tipo de papel, qualidade da impressão, cores, imagens, etc), bem como, a tiragem dos jornais, a área de difusão, as relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros (LUCA, 2005, p.131-133).

Jonh Rüsen afirma que a pesquisa histórica não é um fim em si mesma, mas se determina pela construção de narrativas, há um processo de transformação que se conclui no que chamamos de historiografia. Para o autor a historiografia deve ser distinguida da pesquisa:

A historiografia, como ato próprio da constituição narrativa do sentido, pode e deve ser distinguida da pesquisa. A pesquisa é definida por sua relação estrita à experiência histórica metodicamente regulada. Ela transpõe essa experiência para perspectivas orientadoras do passado humano, que provêm das carências de orientação no tempo da vida prática atual.

A autocompreensão da ciência da história como disciplina especializada, tal como elaborada pela teoria da história, considerou como não-problemático, por muito tempo, o procedimento da autotranscendência da pesquisa em historiografia. Durante largo tempo a auto-reflexão explicativa da ciência da história, depois de ter alcançado o status de disciplina acadêmica especializada, concentrou-se na metodologia da pesquisa. A historiografia era vista como a apresentação dos resultados da pesquisa, cujos princípios formais decorreriam, sem problematizações, do conteúdo cognitivo dos resultados da pesquisa. Essa interpretação ingênua do valor da historiografia ainda vale para muitos historiadores profissionais, mas está amplamente superada no âmbito da teoria da ciência da história³⁴ (RÜSEN, 2010, p. 170).

A partir da reflexão de Rüsen (2010) observamos uma interpretação do autor acerca do que seja a historiografia e a pesquisa sendo essa última impregnada de uma metodologia a partir da instituição da História como ciência.

Esse trabalho como apontado no início da Introdução será dividido em três capítulos, sendo o primeiro intitulado de “O golpe militar chileno: o 11 de setembro de 1973” nesse primeiro capítulo iremos abordar as interpretações acerca da tomada de poder na cidade de Santiago, as relações entre a ditadura brasileira e setores golpistas no Chile à época de Salvador Allende, e por fim iremos apresentar os trabalhos acerca das violações aos direitos humanos durante a vigência da Ditadura de Augusto Pinochet.

O segundo capítulo intitulado “A violação dos Direitos Humanos na Grande Imprensa: Os jornais *O Estado do Maranhão* e *O Estado de São Paulo*” irá se dedicar a apresentar o material coletado nas fontes selecionadas para a pesquisa, utilizamos para esse trabalho dois jornais por possuírem características de periódicos de Grande Imprensa, o jornal local *O Estado do Maranhão* de propriedade de José Sarney, político influente durante os anos 60; 70 e 80, e utilizamos o jornal paulista *O Estado de São Paulo* ambos os impressos têm por característica ser de grande tiragem em seus respectivos locais de edição e comercialização.

O objetivo de analisar as reportagens dos impressos é pra identificar possíveis semelhanças da abordagem do tema em suas respectivas edições.

O terceiro capítulo irá se dedicar ao produto, “O ensino da História na ditadura chilena: balanço bibliográfico e perspectivas”, pretende fundamentar a relevância do estudo da ditadura no ensino básico e a seu significado para a formação humanista de professores e estudantes. Nesse sentido, o capítulo dialogará com diretrizes curriculares nacionais e estaduais estabelecidas pelo MEC e Secretaria da Educação Estadual, e

reflexões acadêmicas que consideraram o papel fundamental do saber escolar e da História para a construção de uma sociedade democrática.

Capítulo I – O golpe militar no Chile: o 11 de setembro chileno

O regime militar no Chile iniciou no dia 11 de setembro de 1973, após um golpe de Estado que derrubou o governo socialista de Salvador Allende e colocou no poder uma Junta Militar formada por quatro oficiais das Forças Armadas (FA): o general Augusto Pinochet, o almirante José Toribio Merino, o diretor do corpo de *Carabineros*⁵, Cesar Mendoza, e o comandante da Força Aérea (FACH) Gustavo Leigh. Figuras até então pouco conhecidas no conjunto da sociedade chilena.

No mesmo dia do golpe, a Junta Militar se pronunciou a população para anunciar a quebra da institucionalidade, justificando a atitude numa suposta existência de grupos armados e da grave crise econômica.

Para a historiadora chilena Veronica Valdivia (2015) a ditadura de Pinochet foi o regime que mais manteve suas características mesmo após o seu fim (1990) como podemos observar na citação seguinte:

Como se sabe, de todas as ditaduras militares do Cone Sul americano dos anos 1970, a que se projetou no período pós-ditatorial com toda sua força programática foi a chilena, enquanto nas outras experiências muitas de suas heranças se dissolveram após o fim” (ZARATER, 2015, p.121-122).

Analisando especificamente o caso chileno, Verónica Valdivia (2006) ressalta que o golpe militar começou a ser idealizado logo após a vitória de Allende, no ano de 1970. Segundo a historiadora, a oposição de direita e os Estados Unidos rejeitaram o resultado do pleito, pois as transformações revolucionárias previstas pelo programa da Unidade Popular afetariam os interesses de empresários, políticos conservadores, nacionalistas, ultradireitistas e de setores de centro. (ZARATER, 2006, p.50).

Fue este carácter revolucionario de La Unidad Popular lo que hizo de La lucha de sus opositores una empresa ausente de reglas, pues se trataba de impedir el logro de los afanes revolucionarios y la reimpresión de la dominación, mediante la exclusión de los sectores populares políticamente activados. El conjunto de los intereses afectados por el gobierno popular determinó la emergencia de un bloque insurreccional de amplio espectro, que incluía a empresarios liberales, políticos conservadores, nacionalistas de ultraderecha y sectores de centro. (ZARATER, 2006, p. 50).

⁵ O corpo de *Carabineros*, podemos colocar como uma força policial semelhante às Polícias Militares existentes no Brasil, no entanto a partir da chegada da Junta Militar ao poder, os *Carabineros* receberam *status* militar e conseqüentemente compoem a Junta Militar de Governo.

Segundo a autora, o regime, além de personalista, também pode ser caracterizado por ser institucionalista, ou seja, esse personalismo se deve em razão do apoio dos organismos de repressão a Pinochet, a sua sobreposição nas disputas dentro da Junta Militar, o isolamento internacional e às organizações sociais de apoio que foram cultivadas após o golpe dentre elas destacamos a Vicaria de Solidariedad.

Verónica Valdivia (2015) afirma que o general Augusto Pinochet foi uma figura central no desenvolvimento e constituição de um legado social, político, econômico e cultural da ditadura para o país. Tanto que o regime militar chileno se tornou conhecido como “Pinochetismo” e seu legado perdura até os dias atuais na Constituição e na União Democrática Independente (UDI)⁶.

Carlos Huneeus (2016) ressaltou elementos que favoreceram a liderança de Pinochet: sua habilidade política para articular e legitimar um discurso anticomunista, nacionalista e um certo populismo econômico, agradando amplos setores da sociedade chilena, mas, principalmente, setores políticos de direita.

Para Nashla Dahás (2014) a Ditadura de Augusto Pinochet acompanhou uma lógica comum promovida pelos regimes militares latino-americanos de modernização/desenvolvimento e crescimento econômico capitalista, facilitado pelo Terror de Estado.

De acordo com Nasha Dahás (2014) o impacto provocado por Salvador Allende, e seu projeto político de socialismo por via democrática, numa conjuntura marcada por diversos golpes na América Latina (em 1952, na Bolívia; em 1954, no Paraguai; em 1962, na Guatemala; em 1964, no Brasil; em 1968, no Peru; em 1972, no Equador; e, em 1973, no Uruguai).

As mudanças que mais afetaram os grupos dominantes no Chile foram: a estatização e nacionalização de setores chaves da economia e a participação dos trabalhadores em todos os setores da sociedade através da *Central Unitaria de Trabajadores (CUT)*.⁷

⁶ A origem da UDI foi o Movimento Gremial da Universidade Católica (1967), de inspiração corporativa franquista, aliado ideologicamente ao neoliberalismo, ambos católicos tradicionalistas. As “associações” defendiam o Poder Social, ou seja, a autonomia das organizações intermediárias com relação ao Estado, que deviam se concentrar em seus fins específicos e ser alheias a outros partidos, enquanto o Poder Político estaria nas mãos de elites, fossem naturais ou tecnocratas, nas quais radicariam as decisões mais importantes.

⁷ A Central Unitaria de Trabajadores (CUT) do Chile é uma federação sindical no Chile, fundada em 1953, mas foi suprimida após o golpe de 1973, e refundada em setembro de 1988, perto do fim da ditadura de Augusto Pinochet.

Dessa forma o programa político da UP, ia de encontro com o interesse da burguesia chilena.

Valdivia (2010) cita as primeiras declarações logo após a tomada da presidência pelo golpe militar quando a Junta Militar se pronunciou à população chilena declarando guerra ao:

La noche del 11 de septiembre de 1973, cuando la Junta Militar hizo su primera aparición, el comandante en jefe de la Fuerza Aérea, general Gustavo Leigh Guzmán, hizo explícita la naturaleza del nuevo gobierno. En esa oportunidad comunicó que el país estaba en guerra, aunque de un tipo particular, lo cual implicaba una misión específica. Esta se resumía en la frase: “Tenemos la certeza, la seguridad de que la mayoría del Pueblo chileno está contra el marxismo, está dispuesto a extirpar el cáncer marxista hasta las últimas consecuencias”. Ello fue ratificado al día siguiente en la conferencia ofrecida a la prensa extranjera, cuando un desconocido general Augusto Pinochet informo: “La resistencia marxista no ha terminado, aún quedan extremistas. Yo debo manifestar que Chile está en este momento en estado de guerra interna (ZARATER, 2010, p.166-167).

Como podemos observar, as primeiras declarações dadas pelos generais Leigh e Pinochet adiantaram o objetivo do golpe e as consequências aos opositores.

Huneeus analisa a natureza do poder exercido pelo general ao longo dos dezessete anos de governo ditatorial. Segundo o autor, a ditadura de Pinochet apresenta aspectos que a diferenciam dos demais regimes autoritários no Cone Sul, dentre os quais destaca: o forte emprego da violência, principalmente nos primeiros anos; os constantes casos de mortes de opositores; as torturas e seguidas denúncias de violações aos Direitos Humanos e o extenso número de exilados⁸.

Associado a isso, o regime conservou um caráter policial em seus dezessete anos de vigência, sustentando-se em três pilares centrais: a ampla violência empregada, as reformas econômicas e o apelo personalista.

Outro ponto presente na análise do sociólogo chileno foi a considerável estabilidade e baixa institucionalização. O autor entende que a personalização do regime em Pinochet e a participação das forças armadas com a presença de centenas de oficiais nas principais posições do Estado proporcionaram um amplo respaldo político e tecnocrático durante o regime:

⁸ Carlos Huneeus no livro *El regime de Pinochet*, afirma que aproximadamente cinco mil pessoas, entre chilenos e estrangeiros, se refugiaram nas embaixadas logo após o golpe militar em 11 de setembro de 1973 (HUNEEUS,2006, p.63).

[...] la concentracion de la autoridad y el poder en Pinochet, que lo convirtió en la figura central del régimen. Las principales decisiones fueron tomadas por él y la orientación general del proceso político se ajustó a SUS objetivos, pudiendo afirma que “no se movía una hoja” sin su permiso y conocimiento. (HUNEEUS, 2016, p58)

Segundo Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino (2011), os militares golpistas utilizaram de ações brutais para consolidar o seu êxito. Desde os primeiros dias após o golpe iniciou-se uma intensa perseguição aos suspeitos de “subversão”, muitos deles foram levados para o Estádio Nacional⁹ para serem interrogados.

Cerca de mil detidos foram executados, direitos civis foram suspensos e a população em geral obrigada a obedecer ao toque de recolher imposto pelos militares. Segundo as autoras, o principal objetivo de Augusto Pinochet era erradicar o comunismo tanto dentro do Chile como fora.

Ricardo Antonio Souza Mendes afirma que os golpes militares veem através de uma apropriação do discurso de legalidade tanto em 64 no Brasil, quanto em 73 no Chile em nome dessa legalidade que uma parte da sociedade brasileira e chilena apoiaram rupturas constitucionais.

Nessa perspectiva de Mendes (2004) observa-se a Democracia Cristã (DC), partido que é caracterizado pelo autor como o centro político e ponto de equilíbrio no sistema político chileno, que se mostrou favorável a posse de Allende, porém após três anos adotou o discurso da “legalidade” utilizado pela oposição de direita e, em defesa dessa legalidade, ajudou a efetivar o golpe de 11 de setembro de 1973 (MENDES, 2004, p.7).

Nessa perspectiva de discurso da legalidade, Anthony W. Pereira (2005) ressalta, que mesmo esses governos terem chegado ao poder a partir da quebra da institucionalidade, todos os líderes desses regimes anticonstitucionais somaram esforços para apresentar uma imagem de regimes legais, segundo o autor: “uma mistura do antigo e do novo” (PEREIRA, 2005, p. 53).

⁹ O Estádio Nacional do Chile, está localizado na capital – Santiago. É considerado o maior palco para a prática de futebol no Chile, nos primeiros meses após o golpe do 11 de setembro de 1973, o estádio foi utilizado como prisão pelos militares, onde pessoas foram torturadas e assassinadas nos primeiros atos da Junta Militar Chilena.

Como dissemos na introdução desse trabalho, as ditaduras instauradas nas décadas de 1960 e 1970 no Cone sul¹⁰ são pensadas a partir da DSN. Esses regimes autoritários, dentre os quais o chileno se destacou, institucionalizaram a violação aos direitos humanos.

A ditadura do Brasil também utilizou da tortura, desaparecimentos de presos políticos, perseguição a políticos, lideranças e grupos de esquerda como o caso da Guerrilha do Araguaia¹¹ entre outros movimentos.

A partir de trabalhos elaborados por especialistas, debateremos como os militares brasileiros atuaram como uma espécie de instrutores para a repressão chilena, 9 anos depois da chegada dos mesmos ao poder no Brasil.

1.2 Articulações internacionais da Ditadura Pinochet: Brasil e Operação Condor

A tomada de poder pelos militares brasileiros apoiados por uma parte da população inaugura um contexto de golpes de estado no Cone Sul, dessa forma, o golpe no Brasil em 1964 se apresenta como um modelo a ser seguido posteriormente por outros países da região.

As ditaduras instaladas nesse período organizaram um sistema de trocas de informações sobre subversivos, nesse contexto destacamos a Operação Condor, onde sua finalidade era combater pessoas e grupos contrários à esses novos regimes, portanto, os regimes do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai trocam informações sobre exilados políticos e atuam para reprimir a atuação destes em outros países do Cone Sul.

Dentre esses modelos, destacamos o papel do Brasil como exemplo e incentivo e primeiros casos de tortura no Chile após o 11 de setembro de 1973. O jornalista brasileiro Roberto Simon (2021) destaca alguns pontos da relação entre os militares brasileiros e militares chilenos, importante destacar que a primeira viagem de Pinochet ao Brasil aconteceu logo depois do Golpe de Estado com o intuito de estabelecer relações diplomáticas com países da região (SIMON, 2021, p.11).

A ditadura brasileira ajudou a golpear longeva democracia do seu entorno geográfico e, no lugar, instalar um regime cujas sanguinolência e crueldade praticamente não tinham precedentes na América do Sul moderna. Essa intervenção – em outras palavras, o conjunto de ações

¹⁰ O termo caracteriza o conjunto de países localizados na região sul da América do Sul, sendo o Cone Sul formado por Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

¹¹ A Guerrilha do Araguaia foi uma organização de esquerda situada no Estado do Tocantins durante os anos de 1972 a 1974 e tinha como objetivo lutar contra a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

de agentes de Estado brasileiro com o objetivo de enfraquecer e subverter o poder constituído no Chile – não foi fruto de ações episódicas e autônomas de alguns zelotes dentro da ditadura, mas uma política de Estado, a qual percorria uma cadeia de comando desde a alta burocracia em Brasília até as raízes do sistema. Ocupava tanto gabinetes de ministérios quanto salas de tortura (SIMON, 2021, p.16).

Segundo o autor, o regime pinochetista foi um grande negócio para o governo ditatorial brasileiro, pois o Brasil tornou-se o 2º maior fornecedor de armas para o Chile (SIMON, 2021, p.12).

Ressalta-se muito o papel estadunidense no golpe civil-militar no Chile, porém, pouca atenção é dada sobre o papel brasileiro, podendo até ser confundido esse papel como uma atuação de uma nação subserviente aos interesses estadunidenses na região, nessa perspectiva, optamos por utilizar o trabalho de Anthony W. Pereira, no qual o sociólogo compartilha da visão de Robert Simon acerca das relações entre o regime autoritário brasileiro e o regime de Pinochet.

A ditadura brasileira ajudou na consolidação da ditadura chilena, desde o apoio financeiro, militar, estratégico e logístico.

Segundo Simon, os militares brasileiros, com uma certa rapidez reconheceram o novo regime imposto a partir do bombardeio do palácio presidencial em Santiago, para Simon a articulação dos militares começa muito antes do fato de 11 de setembro, pois, segundo o autor seria um apoio “subterrâneo” se aliando a grupos de extrema direita¹², contato com militares golpistas, campanha para isolar o governo Allende, monitoramento de exilados, dessa forma, os militares brasileiros atuaram como personagens determinantes para o êxito do golpe de estado contra o governo da Unidade Popular.

Importante salientar as razões para o apoio brasileiro ao golpe e instalação de um regime ditatorial, segundo o trabalho de Roberto Simon, havia uma motivação simultânea e outra complementar.

A primeira diz respeito ao contexto geopolítico, pois a partir da vitória da UP no ano 1970, o governo Médici enxergava o Chile como uma ameaça à segurança nacional brasileira. Médici acreditava que um governo anticomunista era a solução para a não-proliferação de governos de esquerda na região, mesmo que esses governos pudessem ter uma característica moderada (SIMON, 2021, p.19).

¹² Simon aponta o grupo “Patria & Libertad”, conhecido por ser um grupo de inspirações fascistas e por atuar de maneira violenta contra integrantes de ideias ideológicas antagônicas.

A segunda motivação está no aspecto doméstico da própria ditadura brasileira, pois o Chile havia se tornado o refúgio de alguns inimigos dos militares brasileiros: “era preciso controlar, espionar e perseguir milhares de opositores que haviam transformado Santiago na capital do exílio brasileiro”¹³ (SIMON, 2021, p.20).

Dessa forma, desde a chegada da Junta Militar Chilena ao poder, houve o apoio expresso dos militares brasileiros que se tornaram referência, especialmente, na repressão política:

O sexto item de um telegrama da CIA disparado de Santiago, no próprio 11 de setembro, antecipava: “A junta [chilena] seguirá o modelo brasileiro”. O núcleo da repressão dentro do Itamaraty, o CIEX, concordava: “O novo governo [...] parece inclinar-se mais ao modelo brasileiro” em oposição a uma ditadura militar esquerdizante como a peruana. Dias antes, o CIEX avisara Brasília que conspiradores chilenos andavam discutindo em reuniões secretas o modus operandi do golpe contra Jango, como um estudo de caso. Desposta a Unidade Popular, o general Gustavo Leigh, chefe da Força Aérea e um dos quatro integrantes da junta de Santiago, explicou ao embaixador brasileiro que militares chilenos seguiam os mandamentos da “revolução de 1964” contra João Goulart. “O Chile deverá seguir o mesmo caminho do Brasil, em busca de desenvolvimento econômico e social” disse Leigh (SIMON, 2021, p.19).

Como apontado pela citação anterior, uma das razões do apoio brasileiro ao golpe no Chile se dá em relação ao número de exilados brasileiros no país andino ainda sob governo Allende, segundo o trabalho de Simon (2021), os primeiros dias de poder da junta militar fora informado ao governo brasileiro através do CIEX¹⁴ sobre a quantidade de exilados brasileiros residentes no Chile, segundo o autor, após o golpe, atrás dos chilenos que tentaram buscar asilo em outros países, estavam os brasileiros (SIMON, 2021, p.20).

Importante ressaltar que o apoio não vinha apenas da caserna, segundo Simon (2021), empresários e até mesmo a imprensa brasileira se incomodava com um governo de cunho socialista na região. Instituições como Confederação Nacional das Indústrias (CNI), financiaram grupos opositoristas a Salvador Allende, tais como os grêmios de empresários chilenos (SIMON, 2021, p.60).

¹³ No que diz respeito ao controle, espionagem e perseguição de exilados brasileiros, o trabalho de Roberto Simon atribui o papel determinante do Itamaraty nesse processo de repressão fora do território brasileiro, seja na América do Sul, Europa ou EUA.

¹⁴ Centro de Informações do Exterior, órgão com a finalidade era atuar junto as embaixadas no exterior afim de buscar informações sobre pessoas exiladas.

A grande imprensa brasileira também atuou como ferramenta de criar um imaginário de caos chileno aos seus leitores brasileiros. A ponto da imprensa brasileira cunhar a frase “a Cuba do Pacífico”¹⁵, pois segundo o repórter – Aristóteles Drummond – o Chile tinha assumido o papel de “furna comunista”, complementando que o governo da UP seria muito mais ameaçador ao governo brasileiro que o regime de Fidel Castro.

Drummond era integrante do grupo “Ação Patriótica” grupo financiado pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e tinha como referência se posicionar como um grupo de viés anticomunista, segundo Simon (2021), Drummond também atuou como uma espécie de intermediário na troca de informações, além de levar dinheiro ao grupo de inspiração fascista “*Patria & Libertad*”.

Anthony W. Pereira¹⁶ ressalta a influência do governo militar e entidades brasileiras na ajuda a oposição ao governo de Salvador Allende, lembrando que se costuma “salientar o papel do governo americano no golpe chileno. Em seguida afirma:

Dirigentes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), um grupo privado de intelectuais anticomunistas sediado no Rio de Janeiro, afirmaram que, antes do golpe, haviam assessorado adversários políticos do governo Allende, e que empresários de São Paulo haviam dado dinheiro à oposição chilena. Mensageiros foram encarregados de entregar o dinheiro a grupos chilenos, entre eles a organização paramilitar de extrema direita *Patria y Libertad*. Nas palavras de um observador, o golpe brasileiro de 1964 “parece ter sido usado como modelo para o golpe militar chileno” (PEREIRA, 2005, p. 150).

Ambos os autores compartilham da mesma perspectiva acerca do interesse em destituir um governo progressista na América Latina, sendo os interesses dos militares brasileiros – geopolíticas, domésticas, ideológicas e econômicas. Tanto que desde a chegada de Allende ao poder, que o Brasil liderava um movimento de isolamento do Chile.

O historiador Carlos Federico Dominguez Ávila (2014) utilizando uma documentação oriunda do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – AHMRE¹⁷ demonstra como essas fontes são relevantes para comprovar a participação do

¹⁵ Segundo Roberto Simon, Aristóteles Drummond escrevia para a revista *O Cruzeiro* e o jornal *O Jornal*.

¹⁶ Anthony W. Pereira, no livro *Ditadura e Repressão o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*, apresenta uma análise comparada dos regimes militares no Brasil, Chile e Argentina, esse trabalho auxiliou desde o início da pesquisa, pois o autor elabora uma comparação entre as ditaduras do Cone Sul mostrando temas pertinentes para a pesquisa sobre a ditadura de Pinochet.

governo do General Emilio G. Médici na conspiração que derrubou o presidente Salvador Allende.

De acordo com o trabalho de Ávila (2014) alguns pontos são importantes serem destacados:

A documentação consultada no AHMRE e a literatura especializada na temática constata que o regime de Médici: (a) expressou firme apoio político- diplomático ao novíssimo governo de Santiago; (b) enviou assistência humanitária – 20 toneladas de alimentos e remédios; (c) ofereceu linhas de crédito emergenciais; (d) cooperou nas tarefas de repressão, com assessores militares e policiais diretamente em locais de tortura e execução no país andino; (e) transferiu material de emprego militar e (f) ofereceu apoio diplomático para melhorar a imagem da Junta Militar em foros internacionais ou em terceiros países (ÁVILA, 2014, p.292 – 293).

Ávila (2014) assim como o trabalho de Simon (2021) aponta que o regime brasileiro foi o primeiro a reconhecer a Junta Militar chilena, evidenciando as relações prontamente estabelecidas com o novo regime, de viés autoritário, portanto, as ligações entre a ditadura civil-militar brasileira e a recém inaugurada chilena desde o início demonstravam aspectos em comum: perseguir opositores e se ajudar mutuamente.

Como apresentado anteriormente sobre o papel dos militares brasileiros na ajuda ao golpe chileno, não se pode ignorar a atuação de Câmara Canto¹⁸, pois durante os anos de 1968 até 1975 Câmara Canto exerceu o cargo de Embaixador do Brasil no Chile.

A missão de Câmara Canto, assim, era dupla. Em gabinetes, comitês políticos, quartéis e empresas, ele manobrava para que a política chilena evoluísse em consonância com os interesses da ditadura militar brasileira, sobretudo para evitar a “comunização” do país vizinho. Ao mesmo tempo, ajudava a construir e a colocar em marcha um sofisticado aparato de controle e espionagem dos “subversivos” brasileiros no Chile. A ditadura vigiava de guerrilheiros a professores – todos eram inimigos. Em alguns casos, o embaixador se envolvia pessoalmente na coleta de informações sobre exilados brasileiros. Câmara Canto, por exemplo, tinha uma fonte no comando de Segunda Seção do Corpo de Carabineiros que lhe repassava “sempre com antecedência” informações sobre brasileiros (SIMON, 2021, p, 40-41).

Portanto, sua missão era além de representar o Brasil como um embaixador. A partir dos documentos consultados por Roberto Simon, Câmara Canto tinha uma função

¹⁸ Para maiores informações: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-candido-da-camara-canto>

estratégica na busca por informações sobre exilados brasileiros, e também no planejamento para a destituição do governo Allende.

Outro ponto importante de abordagem sobre as relações de militares no Cone Sul são as operações desencadeadas por agentes de regimes ditatoriais à época, sendo várias que tinham por finalidade a perseguição aos inimigos desses governos autoritários.

João Guilherme Pereira Chaves e João Irineu de Resende Miranda analisam a Operação Condor como a união dos regimes ditatoriais do Cone Sul, de acordo com Chaves e Miranda (2015) a operação se torna uma necessidade desses regimes para conter opositores políticos, haja vista o deslocamento de pessoas perseguidas por esses regimes.

A Operação Condor se concretizou, oficialmente, com o encontro do chefe da DINA (Direção de Inteligência Nacional) Manuel Contreras e Vernon Walters, diretor adjunto da CIA. Contreras então viajou entre os futuros países membros da operação para demonstrar o projeto repressivo e convencer os chefes dos serviços secretos dos respectivos países a aderirem a cooperação para “eliminar o comunismo”. A Operação nasce em reunião em Montevidéu de 25 de novembro a 1º de dezembro de 1975 como a "primeira reunião de trabalho sobre informação nacional" preparada pelo coronel Contreras. A principal proposta do coronel era a criação de um arquivo continental, "algo, em linhas gerais, parecido ao que a Interpol tem em Paris, mas especializado em subversão". A Operação Condor teria limite em todos os países membros do acordo, esses sendo Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil. Também foi definida uma equipe para que eliminasse indivíduos subversivos dos países da operação, em qualquer parte do mundo. A fundação da operação se deu no Chile, sem a presença de representante brasileiro (CHAVES e MIRANDA, 2015, p. 522).

Segundo Chaves e Miranda, o Brasil devido a ter um regime de exceção há mais tempo se tornou referência antes mesmo da criação da Operação Condor, em atividades contra subversivas e técnicas de torturas.

Quanto ao Chile, segundo Dinges, Manuel Contreras recebeu treinamento no Brasil em Inteligência. Também já havia se aproximado do Paraguai, antes mesmo da operação, onde realizavam trocas de informação e espionagens. Quanto ao Uruguai, já existia colaboração desde o golpe de 1964, quando perseguidos políticos se refugiavam no Uruguai. O presidente Geisel negava qualquer associação formalizada entre o Brasil e outros países do Cone Sul. Mesmo assim, é inegável que o país tenha caçado militantes políticos fora de suas fronteiras tendo opositores mortos na Argentina e no Chile (CHAVES e MIRANDA, 2015, p.523).

A historiadora Jussarama da Silva (2014) lembra que antes dos anos 70 aconteciam trocas de informações entre os governos do Cone Sul, ditatoriais ou não. Essas trocas de informações ganharam o nome de “operação” e, segundo a historiadora, foram várias nesse período, tais como: Operação Condor, Operação Cristal e Operação Colombo.

Dessas, a mais conhecida pela sua abrangência e pelos resultados macabros que obteve é a Operação Condor. As evidências até agora encontradas indicam que, em 1975, os ditadores argentino, chileno, uruguaio, paraguaio e boliviano assinaram um pacto visando articular a ação repressiva vigente em cada um deles (SILVA, 2014, p. 213).

Segundo Priscila Antunes (2007), a Operação Condor foi o auge das inter-relações entre serviços de inteligência como a autora coloca: “uma formação multinacional dedicada a operar nos países limítrofes nos quais assassinavam ou detinham dissidentes que fugiam de repressão em seus países de origem” (ANTUNES, 2007, p. 406).

De acordo com o trabalho de Anna Flavia Berreto, a Operação Condor apresentou três fases: A primeira se baseia na formação de um banco de dados, a segunda, por ações dentro dos territórios de países-membros da operação e a terceira era o intercâmbio de agentes que viajavam para os países com o objetivo de assassinar os opositores das ditaduras.

Neusah Cerveira (2009) responsabiliza a Operação Condor por milhares de assassinatos de pessoas na América Latina, para a historiadora essa operação é baseada na multiplicidade das prisões, torturas e mortes.

As atividades desencadeadas pela Operação Condor, são caracterizadas por mecanismos de Terror de Estado. Em seu trabalho, os autores apontam algumas características nessa tentativa de tipificar o termo, tais como segundo os autores: uso da violência, intenção, civis ou pessoas inocentes como vítimas, atuação do Estado, justa causa, formação de organizações, criação de uma espécie de teatro, não existência de arrependimento.

Visto isso, é possível, em uma análise mais aberta, colocar as diversas ditaduras militares que compõe a Operação Condor em um quadro de terrorismo. O uso da violência era aparente, existia uma finalidade política, as vítimas eram (com algumas exceções) civis, o terrorismo era aplicado pela própria máquina estatal, possuía uma “justa causa”, existia uma organização em bloco, por meio do Pacto Condor. A questão de arrependimento do agente também é aparente. Porém, a Operação Condor não pode de maneira alguma entrar na ideia teatral de medo que é a característica mais básica do terrorismo. A Operação

Condor era uma operação clandestina. O medo talvez pudesse ser promovido pelas ditaduras em seus regimes internos, mas jamais por meio de uma operação secreta (CHAVES e MIRANDA, 2015, p. 527).

Portanto, a Operação Condor era uma atividade clandestina com características terroristas, sendo os desaparecimentos forçados as principais atividades criminosas desencadeadas pelos agentes participantes de tal operação.

1.3 Violações aos Direitos Humanos no Chile – Os primeiros atos de torturas no Chile da década de 1970: o caso dos marinheiros chilenos

As ditaduras civis-militares atuaram a partir de atividades repressoras para conter movimentos de oposição, essas atividades refletiram em ações violentas tais como torturas, assassinatos e desaparecimento de presos políticos.

As violações aos direitos Humanos durante a Ditadura Pinochet foram regra, ao ponto de se tornarem institucionalizadas. Todavia alguns casos iniciaram alguns meses antes do golpe de 11 de setembro de 1973, dentro das instituições das Forças Armadas, como foi o caso de um grupo de marinheiros simpatizantes do governo socialista.

Jorge Magasich-Airola (2015)¹⁹ analisa o episódio das torturas aos marinheiros com base em relatos das vítimas:

Em 1973, quando o golpe é iminente, uma parte dos marinheiros legalistas planeja ocupar os navios para tirá-los dos golpistas. Pedem e obtêm reuniões com Oscar Garretón, o chefe do Mapu²⁰, e depois com Miguel Enriquez e Carlos Altamirano, secretários-gerais do MIR, e do Partido Socialista (PS). Tal atividade não passou despercebida aos serviços de inteligência, já conquistados para o golpe: a partir da noite de domingo, dia 5, até a segunda-feira, dia 6 de agosto de 1973, as autoridades navais organizam a detenção massiva dos marinheiros antigolpistas (AIROLA, 2015, p.187).

Os marinheiros anti-golpe foram vítimas de torturas dentro das Forças Armadas um mês antes da consumação do golpe. Os testemunhos de marinheiros torturados permitem dimensionar a brutalidade da ação repressiva que se estruturava para garantir a tomada do poder no país.

¹⁹ Os relatos presentes no trabalho de Jorge Magasich-Airola são frutos de depoimentos orais de pessoas vítimas de torturas no Chile.

²⁰ O Mapu, *Movimiento de Acción Popular Unitario*, foi formado pela maioria da juventude do Partido Democrata Cristiano, em 1969, depois de romperem com o partido e assumem posições marxistas (MAGASICH, 2015, p.190).

O historiador chileno coletou depoimentos de sobreviventes dos abusos cometidos por militares pró-golpe dentro das instalações da Marinha Chilena.

O primeiro relato apresentado em seu trabalho é de um sargento entrevistado em 2002, chamado Juan Cárdenas, de acordo com seu depoimento, o sargento afirma ter sofrido torturas através de choques elétricos, afogamentos em poços com água (em alguns com pouca água que aparentavam estar repletos de excrementos humanos). Tudo seguido de repetidos espancamentos (AIROLA, 2015, p.191).

Essas torturas aconteceram simultaneamente em várias cidades do Chile como Valparaíso e Talcahuano. Outro entrevistado por Maghsich, Juan Roldán, relatou ter sofrido torturas psicológicas:

Juan Roldán é ameaçado de trazerem sua mulher – hospitalizada em Talcahuan – se não fornecer nomes. Os ouvidos de Oscar Carvajal sangram e uma otite faz sofrer horrivelmente. Levam-no a um aposento onde o deixam em uma espécie de saco de dormir, mas lhe negam atenção médica, até que perde os sentidos. Os marinheiros detidos em lugares próximos lembram-se das queixas e dos gemidos sem poder fazer nada. Um dos oficiais decide que Pedro Lagos havia manchado sua bota com sangue e excrementos, obrigando-o a lambê-la e a comê-los enquanto os outros continuavam golpeando-o. No dia seguinte os fazem banhar-se, o que lhe permite observar-se mutuamente e constatar, horrorizados, o estado que se encontram (AIROLA, 2015, p.191).

Em outro relato, o autor detalha outras formas de tortura sofridas pelos demais marinheiros que duraram horas e foram repetidas diversas vezes:

Mais tarde, fazem os marinheiros arrastarem-se com os cotovelos por um charco de barro com cascalhos de minério de ferro, que se enterram no corpo. Pedro Lagos conserva várias cicatrizes das torturas e a perda da metade de sua capacidade auditiva. Kohler, em função das respostas, decide sobre a continuação das torturas, que se prolongam até o amanhecer, e os obriga a “falar” diante de um gravador (AIROLA, 2015, p191).

Jorge Magasich em seu trabalho afirma que desde o início do governo de Allende havia militares simpatizantes do governo da UP, sendo responsáveis por informar sobre o avanço da atmosfera golpista nas FA: “Eles [militares] percebem, antes que os civis, os preparativos de um golpe de Estado do qual serão forçados a participar, e sabem também que será brutal” (MAGASICH, 2015, p.189).

Dessa forma, podemos entender como o regime utilizou uma sistemática e crescente estratégia de torturas para combater os seus inimigos que atingiu os próprios

militares, evidenciando os planos golpistas anteriores ao dia que se culminou com o atentado ao palácio presidencial.

A Ditadura de Augusto Pinochet, é marcada por sistemáticos abusos contra a dignidade humana, órgãos foram criados com a finalidade de, a partir de torturas, silenciar pessoas que em algum momento pudessem ser vistas como inimigas do regime militar liderado pelo Gal. Pinochet.

A violação aos direitos humanos durante a ditadura de Pinochet desdobram-se em duas estratégias principais: as ações empreendidas pela Caravana da Morte e as torturas gradualmente sistematizadas pela *Dirección de Inteligencia Nacional* - DINA e *Central Nacional de Inteligencia* – CNI.

O cientista político chileno Carlos Huneeus (2016) analisou o aspecto coercitivo da Ditadura Pinochet. Segundo o autor, a coerção gerou um Estado policial baseado no uso da violência de forma inédita na história do Chile no século XX e iniciada na manhã de 11 de setembro de 1973:

Miles de personas fueron detenidas por patrullas militares que irrumpían violentamente en poblaciones, industrias y universidades, en Santiago y otras ciudades del país, siendo reclusas en regimientos y lugares amplios, como por ejemplo el Estadio Nacional. Buena parte de los detenidos, hombres y mujeres, fueron brutalmente torturados y muchos de ellos perdieron la vida (HUNEEUS, 2016, p.62).

1.3.2 A Caravana da Morte

A *Caravana da Morte* consistiu numa missão militar, formada pelo alto escalão das Forças Armadas chilenas (FACH), que surgiu logo após o golpe de 11 de setembro de 1973. Por ela foram perseguidos partidários de Salvador Allende e foram estabelecidos os tribunais militares, percorrendo o território chileno capturando opositores, realizando torturas e execuções em massa.

Rafael Aguiar (2011), afirma que a *Caravana da Morte* foi uma operação macabra e mortífera, com a qual os oficiais deslocaram-se por diferentes locais do interior do país, a fim de executar uma possível resistência à Junta Militar.

Logo após o golpe, foi organizada uma expedição mortífera que realizou visitas macabras às localidades de Valdivia, Curicó, Linares, Cauquanes, Copiacó, Antofagasta, Calama e Arica. Participaram da comitiva a bordo do helicóptero puma, um grupo de militares, entre eles Sergio Arrendondo Gonzalez, Carlos López Tapia, Pedro Espinoza Bravio, Marcelo Morren Brito, Juan Chiminelli, Armando Fernando Larios e Antonio Palomo Contreras, sob o comando de Sérgio Arellano

Stark, na condição de delegado do comandante-chefe da Junta de Governo e investido de poderes absolutos para julgar a vida e a morte de presos políticos. Suas intervenções contavam com o seguinte rito: Solicitava o comando ao chefe da área militar – que a partir de 11 de setembro de 1973 havia incorporado também as funções de intendente da localidade, posto político regional mais elevado, sendo muitos dos ocupantes dos cargos também castigados – dizendo que representava Pinochet e comandava os assassinatos de presos políticos cujos consideravam “mais graves” (AGUIAR, 2011, p.24).

Outro aspecto relevante ressaltado por Aguiar foi o fato de que para os militares chilenos a violência do golpe deveria ser proporcionalmente maior que as mobilizações de trabalhadores que apoiavam a Unidade Popular (UP), coligação de governo que elegeu Salvador Allende. O objetivo era paralisar as mobilizações e deter todos os partidários do projeto socialista.

Os primeiros detidos foram levados ao Estádio Nacional, pois não havia cárceres suficientes para o número de detidos, de modo que o estádio de futebol tornou-se a antessala da tortura e dos assassinatos que caracterizaram a ditadura Pinochet:

O processo de ebulição que acontecia no Chile com o protagonismo das massas impulsionadas pelo governo da Unidade Popular deixava claro que um golpe de Estado teria que contar com uma truculência absurda, pois estavam em jogo não só a deposição de Allende, mas também o rompimento de uma tradição de quase três quartos de século de vigência do instituto constitucional. Além disso, era necessário enfrentar a mobilização popular de três anos de luta ininterrupta em apoio a Unidade Popular (AGUIAR, 2011, p.21).

A *Caravana da Morte* surgiu assim numa conjuntura de estruturação do Terror de Estado, baseado na ação de oficiais das forças armadas com plenos poderes para violar os direitos humanos.

A Caravana da Morte foi uma das expressões concretas da ferocidade como a Junta Militar deu início a seu objetivo de “extirpar o câncer marxista”²¹ do Chile. Em poucos dias, foram realizadas sucessivas execuções de opositores nas principais cidades do país. Nas palavras de Aguiar:

Disseminaram o terror em uma ação empenhada entre 30 de setembro e 22 de outubro de 1973, que tinha o propósito de dar um recado aos colegas de arma e juízes que se mostraram, do ponto de vista da ditadura que se instalara, extremamente brandos com os opositores do golpe, sobretudo aqueles ligados à Unidade Popular. Também visaram

²¹ A partir do pensamento golpista, o Chile estava “contaminado” pelo “câncer” marxista desde a chegada de Salvador Allende em 1970, e a cabia as FACH “livrar” o povo desse mal.

assombrar toda a população, sinalizando com a instauração de um regime terrorista no país, onde não haveria qualquer tolerância a manifestações de oposição (AGUIAR, 2011, p.24).

O autor apresenta ainda as cidades e o número de pessoas que foram sumariamente executadas pela operação: em Cauquenes quatro jovens, entre 22 e 25 anos, foram presos e assassinados com tiros na cabeça. Em La Serena e Copiapó foram 15 execuções, em Antofagasta, 14 assassinatos, e em Calama, 26. Contra essas pessoas não foram apresentadas provas que pudessem “justificar” qualquer tipo de apreensão ou punição jurídica.

Os militares chilenos agiram deliberadamente à margem da lei, não respeitando nem as normas estabelecidas pelo exército para a situação de guerra. Posteriormente todos os integrantes da Caravana integraram a DINA, órgão que, como veremos, atuou de forma marginal e à disposição de Pinochet.

Associado às caravanas da morte, após o golpe, os militares utilizaram os “tribunais de tempos de guerra” para julgar presos políticos e adotaram a pena de morte, algo que outros regimes militares não fizeram. Conforme explicou Pereira (2005):

O regime militar chileno, criado nove anos após o brasileiro, foi mais draconiano e mais radical em termos jurídicos e institucionais. Os militares chilenos, à época de 1973, decretaram estado de sítio e executaram sem julgamento centenas de pessoas. A tortura era comum e, durante os cinco primeiros anos do regime, a maior parte dos processos foi a julgamento em tribunais militares de “tempo de guerra”, isolados do Judiciário civil. Nesses tribunais, os réus tinham poucos direitos procedimentais, nenhum direito real a recurso, e tinham que enfrentar veredictos e sentenças sumárias, inclusive a de pena de morte (PEREIRA, 2005, p.149).

O exército assim usurpou parte considerável do judiciário com consequências trágicas e brutais. Nesse sentido, com base no trabalho de Patrícia Verdugo (2001), o autor ressalta que 75 chilenos foram executados ao final da caravana, sob a liderança do Gal. Arellano que, com autorização de Pinochet, recrutou seus subordinados, escolheu pessoalmente as vítimas e supervisionou as execuções (PEREIRA, 2005, p. 160).

1.3.3 A tortura e sua institucionalização na DINA/CNI

Como já abordado, as torturas foram institucionalizadas pela ditadura de Pinochet, perseguições, prisões, exílios, desaparecimentos, assassinatos foram praticados durante a

vigência do regime pinochetista. Dentre as ações empreendidas pela DINA, não se pode deixar de mencionar a Villa Grimaldi. Espaço durante ditadura foi utilizado pela DINA como um centro de torturas.

Segundo documentos consultados pelo jornalista Roberto Simon, o sistema de repressão brasileiro serviu de modelo para a implementação da repressão chilena. A DINA é resultado da apropriação de conhecimento de repressão por parte dos militares chilenos. Logo após o golpe de Estado no Chile, o primeiro embaixador de Pinochet foi recebido pelas autoridades brasileiras à época.

Desde sua chegada à Brasília, no fim de 1973, o velho marinheiro se dedicou a estudar o sistema de inteligência que a ditadura brasileira havia criado a partir de 1964, e a tentar institucionalizar os ainda incipientes canais de cooperação entre as agências de inteligência dos dois países. O embaixador se admirava com os feitos da repressão brasileira e acreditava que o regime militar vizinho – além de ser um animal do mesmo tronco político que o novo governo chileno e seu principal aliado na região – representava um exemplo de sucesso na luta contra a subversão (SIMON, 2021, p. 307).

Logo após o golpe, o Chile toma medidas que impactaram no serviço público chileno e tinham a finalidade de reorganizar o Estado sob um viés autoritário e de permanente vigilância. O decreto nº6 que determinava que todos os funcionários públicos a partir de então estariam na condição de temporários. O decreto nº98 reorganizaria completamente o serviço público chileno.

A DINA, em comparação com o órgão brasileiro, Sistema Nacional de Inteligência (SNI), tinha maior poder e independência, lembrando que a agência chilena era diretamente subordinada por Pinochet, sendo o coronel Manuel Contreras nomeado diretamente pelo ditador chileno.

Após a tomada de poder pela Junta Militar chilena, se institui a Direção de Inteligência Nacional, a DINA, órgão responsável pela repressão estatal e sob liderança do Gal. Augusto Pinochet, a DINA atuou entre 1974 e 1977, após pressão internacional, devido as denúncias de violações aos Direitos Humanos, e o atentado contra Orlando Letelier. A DINA é extinta e em 13 de agosto de 1977 é criada a Central Nacional de Informação - CNI.

Segundo Anna Flávia Barreto e Natália Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira, a DINA tinha a finalidade de assegurar a permanência do novo regime chileno, as atribuições do órgão lhe permitiam convocar outros órgãos de segurança para participarem de suas ações, tais como: prisões e buscas em todo o território chileno.

Outra característica do órgão era a manutenção de centros secretos de reclusão, em que a prática da tortura era regra. Segundo Antunes (2007), outra prática exercida pela agência foram ações ilícitas no âmbito financeiro em que membros da DINA se associavam a pessoas físicas ou jurídicas estabelecendo empresas próprias e apropriando-se de bens retidos pela agência (ANTUNES, 2007, p.406).

O órgão era responsável por manter centros clandestinos, onde a prática da tortura em seus interrogatórios era comum.

Dentre esses centro, destacamos o local denominado de Vila Grimaldi²², localizado na capital chilena. O ambiente em questão de acordo com Marcos Pereira Diligenti e Maria Alice Medeiros Dias já abrigou vários usos. Antes do golpe em 1973, o espaço era frequentado por artistas de cunho progressista, segundo os autores, o proprietário do local era simpatizante do governo Allende.

Entretanto, a dinâmica dessa funcionalidade foi interrompida com o advento do Golpe Militar, em 1973, quando os direitos civis foram abruptamente restringidos em todo o território nacional chileno. Em 1974, o proprietário (simpatizante da deposta Unidade Popular) viu-se obrigado a vender o Paraíso Villa Grimaldi para a Junta Militar. O processo foi concluído em 1975, com a expropriação do terreno em uma ação empreendida pela Corporação de Melhoramento Urbano (Cormu). A partir de então, a propriedade ficou sob controle da DINA (Dirección Nacional de Inteligencia). (DILIGENTI e DIAS, 2017, p.185).

Após a aquisição pelo Estado chileno, Vila Grimaldi começou a ser denominada dentro do meio militar por *Cuartel Terranova*, a partir de então, o que antes era um ambiente de discussões políticas e encontro de artistas passou a ser um centro de torturas de presos políticos.

De acordo com os autores, na Vila Grimaldi funcionou a *Brigada de Inteligencia Metropolitana* – BIM. Esse órgão era responsável pela repressão política dentro da capital chilena.

De acordo com dados obtidos pelos autores, entre 1973 e 1978, cerca de 4500 pessoas permaneceram detidas na Vila Grimaldi, sendo 236 permanecem desaparecidas ou assassinadas por agentes da repressão chilena.

Clécio Ferreira, em seu trabalho de doutorado aponta que a CNI é apenas uma continuidade da DINA, ou seja, o novo órgão dá continuidade às ações repressivas,

²² O nome Vila Grimaldi, remete ao fato do local aparentar semelhanças de uma vila italiana, pois nesse local há jardins, fontes e esculturas.

segundo o historiador, ambas agências estão inseridas em um contexto de “Democracia Protegida”, ou como o autor enfatiza, a ideia de proteger o avanço da esquerda e do marxismo (FERREIRA, 2016, p.172).

Além do caráter militar, a DINA exercia várias funções, tais como controle de registro público, estabelecimento de uma rede de colaboradores dentro dos serviços públicos e das comunicações, com o poder de nomear e vetar nomeações e benefícios estatais, além de se associar a outros órgãos de inteligência como a CIA (ANTUNES, 2007, p.405).

O historiador Carlos Federico D. Ávila (2017) comparou a DINA com a Gestapo, devido a sua direta relação com o ditador Pinochet. Segundo o autor, o atentado contra Orlando Letelier configurou-se como a mais ousada das ações repressivas realizadas durante a ditadura de Pinochet e o início do longo declínio do regime.

O atentado contra Orlando Letelier é considerado um ataque terrorista em Washington, capital dos Estados Unidos (ÁVILA, 2017). A vítima foi um ex-chanceler e uma cidadã estadunidense, Moffit então secretária de Letelier.

Esse fato abalou as relações bilaterais entre EUA e Chile, segundo Ávila, a dissolução da DINA é resultado da pressão do governo estadunidense decorrente do episódio:

A partir do momento em que passou a significar um peso para a administração de Pinochet, a DINA ficou ameaçada. Mediante o conjunto de pressões internas e externas, o presidente Pinochet cedeu e anunciou em agosto de 1977 durante visita do secretário assistente de Estado norte-americano Terence Todman a Santiago, a extinção da DINA e sua substituição pela Central Nacional de Inteligência/CNI quem daria prosseguimento às suas atividades, ainda que em escala menor (ANTUNES, 2007, p. 408).

É importante ressaltar que Orlando Letelier foi ministro da defesa do governo de Salvador Allende, posto superior ao dos generais das FACH. Após o golpe, Letelier foi um dos primeiros presos políticos, torturado durante doze meses em diversos campos de concentração, mas liberado em setembro de 1974 após intensa pressão internacional (ÁVILA, 2007, p.3).

Para muitos pesquisadores, o atentado que resultou na morte de Letelier e de Moffitt erigiu-se em uma das mais ousadas e espúrias ações terroristas da Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), então comandada pelo coronel e posteriormente general Manuel Contreras. Mistura de polícia secreta, corpo de investigação e até conglomerado

econômico-financeiro, a DINA acabou sendo o instrumento repressivo mais ativo, brutal e efetivo durante os primeiros anos do regime pinochetista (AVILA, 2017, p. 02).

A agência chilena tinha um considerável número de colaboradores, alguns voluntários e outros vítimas da tortura: “A DINA também possuiria uma *Escuela Nacional de Inteligencia*, e equipes de assessores compostos por advogados e médicos, além de um sem número de colaboradores, entre eles, pessoas sob tortura ou outros meios de coerção passaram a colaborar com a agência” (ANTUNES, 2007, p. 406).

Com a dissolução da DINA, surgiu a CNI alterando em alguns pontos sua atuação, porém mantendo várias prerrogativas da agência antecessora com faculdades de requerer informações que julgasse importante à segurança nacional. O novo órgão foi formado por militares e civis, todavia uma significativa diferença no que diz respeito a atuação do CNI foi a determinação de que apenas poderia agir mediante uma ordem judicial (ANTUNES, 2007, p.408).

Durante os primeiros anos do CNI, segundo dados da *Vicaria de la Solidariedad*²³, o número de pessoas mortas e os desaparecimentos pouco tinham ligações com o CNI, porém, com o retorno de alguns militantes do MIR e a criação do grupo paramilitar Frente Patriótico Manuel Rodriguez (FPMR)²⁴ ocasionou uma reviravolta na sua atuação:

o governo reagiu implacavelmente às ações reiniciadas pelo MIR e pela FPMR. Sua primeira ação foi nomear o general “linha dura” Humberto Gordon em substituição ao general Mena, que havia conduzido a CNI de maneira menos drástica que Contreras. Os assassinatos realizados pelo MIR possibilitaram à CNI burlar o decreto de sua criação, ao recorrer ao artigo 1º do Decreto Lei 1.009, aquele de maio de 1975, que reconhecia publicamente, pela primeira vez, a faculdade da DINA de “*detener preventivamente a las personas a quienes se presume fundamentalmente culpables de poner en peligro la seguridad del Estado*” em casos de emergência ou sob o regime de estado de sítio. A partir de então a CNI aumentou suas ações repressivas. Egressos da DINA reapareceram e a CNI realizou milhares de detenções, as quais resultavam em sua maioria em torturas (ANTUNES, 2007, p.409).

²³ Representa o principal conjunto documental constituído durante a ditadura pelos crimes por ela praticado, criada pelo cardeal-arcebispo de Santiago Raul Silva Enriquez em 6 de outubro de 1973 (GROPPO,2014, p.22).

²⁴ A Frente Patriótica Manuel Rodriguez/FPMR foi o braço armado do Partido Comunista que alterou radicalmente sua estratégia de luta política, decretando que todas as formas de resistência contra a ditadura seriam legítimas, inclusive aquelas que recorressem à violência. (ANTUNES, 2007, p.409).

O pesquisador Bruno Groppo (2014) abordou a questão das violações aos direitos humanos na Argentina e no Chile utilizando como fontes os documentos produzidos por associações de apoio aos torturados.

Para Groppo, as ditaduras são regimes pautados no emprego da violência e na violação aos direitos humanos em diversas escalas:

[...] violação que elas se esforçam em ocultar ou negar. Para controlar a sociedade e eliminar toda oposição, real ou potencial, elas desenvolvem intensamente organismos de segurança e de informação, cujos arquivos acumulam uma massa crescente de informações relativas, entre outros assuntos, às ações ilegais e aos crimes desses regimes (GROPPO, 2014, p.18).

Apresentando as atividades realizadas a partir de vários órgãos criados pelos militares como a DINA e planos de perseguição aos opositores como o Plano Condor, o regime de Pinochet assim reestruturou uma sistemática e crescente estratégia de torturas para combater os seus inimigos e atingiu os próprios militares.

Huneus (2016) também analisou o aspecto coercitivo da Ditadura Pinochet. Segundo o autor, a coerção gerou um Estado policial baseado no uso da violência de forma inédita na história do Chile no século XX e iniciada na manhã de 11 de setembro de 1973:

Miles de personas fueron detenidas por patrullas militares que irrumpían violentamente en poblaciones, industrias y universidades, en Santiago y otras ciudades del país, siendo recluídas en regimientos y lugares amplios, como por ejemplo el Estadio Nacional. Buena parte de los detenidos, hombres y mujeres, fueron brutalmente torturados y muchos de ellos perdieron la vida (HUNEEUS, 2016, p.62).

A violência contra opositores não se resumiu ao ambiente urbano. Huneus aponta que as localidades rurais em que carabineiros aliados a civis cometeram sucessivos crimes, tais como torturas e assassinatos, contra integrantes de movimentos de esquerda em localidades como *Salamanca*, *Isla del Maipo*, *Paine*, *Mulchén*, *Laja* entre outras (Huneus, 2016, p.66).

Os dados apresentados abaixo quantificavam as violações aos Direitos Humanos durante a Ditadura Pinochet, e foram retirados a partir do trabalho de Carlos Huneus²⁵.

²⁵ Dados retirados do livro **El Regimen Pinochet** de Carlos Huneus.

Tabela 1 - Vítimas de violações de direitos humanos e violência política, segundo ano em que ocorreram os fatos investigados (1973-1990)

Anos	Violação de Direitos Humanos	Violência política	Total
1973	1.522	301	1.823
1974	406	15	421
1975	140	10	150
1976	159	5	164
1977	42	2	44
1978	20	1	21
1979	18	4	22
1980	26	1	27
1981	39	5	44
1982	11	3	14
1983	76	18	94
1984	73	17	90
1985	57	22	79
1986	61	6	67
1987	48	3	51
1988	42	6	48
1989	30	3	33
1990	4	1	5

Total	2.774	423	3.197
-------	-------	-----	-------

Fonte: Relatório sobre a classificação das vítimas de violações dos direitos humanos e violência política. Santiago, Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação, 1996.

Através da primeira tabela na qual estão inseridos os dados quantitativos sobre as violações de direitos humanos e a violência política realizada pelo Estado chileno, observamos que no ano de 1973 houve um grande número de casos (1.522 de violações aos direitos humanos e 301 casos de violência política).

Observamos que 1974, 1975 e 1976 há um grande número de casos de violência e a partir de 1977 até o ano de 1979 há uma diminuição nesses casos de violações.

Importante salientar que logo após o golpe de estado, os militares chilenos iniciaram as ações de perseguição a organizações ligadas ao governo deposto, movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, artistas, exilados políticos residentes no Chile, ou seja, pessoas caracterizadas pelo novo regime como inimigos à segurança nacional, os números do ano de 1973 acerca de violações de violência política atestam o contexto de terror iniciado logo após o 11 de setembro.

Outro ponto importante de ser mencionado diz respeito ao número de pessoas vítimas durante os anos de atuação da DINA - Dirección de Inteligencia Nacional. Entre os anos de 1973 a 1977, sendo essa agência conhecida necessariamente pela sua atuação violenta de repressão política.

Somando o número de violações e vítimas políticas entre os anos de 1973 a 1977 obtemos o total de 2.602 de casos de repressão política, evidenciando assim um contexto de terror de estado logo nos primeiros anos de ditadura.

Tabela 2 – Características sociodemográficas e políticas das vítimas de violações de direitos humanos e violência política

De acordo com a atividade laboral		
Profissionais Técnicos	272	8,50%

Funcionários privados e públicos	75	2,30%
Trabalhadores e camponeses	332	10,40%
Agricultores	1.108	34,70%
Empresarios	154	0,30%
Comerciantes	154	4,80%
Estudantes	391	12,20%
FF.AA. e Carabineros	173	5,40%
Donas de casa	47	1,50%
Aposentados ou pensionistas	338	10,60%
Outras atividades	45	1,40%
Sem informações	157	4,90%

Fuente: Informe sobre calificación de víctimas de violaciones de derechos humanos y de violencia política. Santiago: Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación, 1996, cuadros 24 y 25.

Nesta segunda tabela, apresentamos as características das vítimas que permitiu a Huneuus traçar perfis de gênero, idade, estado civil, atividade profissional e filiação partidária ou militância.

Pessoas do gênero masculino foram as principais vítimas da ditadura de Pinochet, mais de 3 mil pessoas do gênero masculino sofreram violência a partir de sua posição ideológica enquanto que 191 pessoas do gênero feminino foram vítimas.

No que diz respeito à idade, observa-se que as violações aos direitos humanos abarcaram um leque entre 16 e 60 anos de idade. A tabela demonstra que entre 16 e 30 anos 1.941 vítimas ou 60 % da ditadura estavam na faixa etária entre 16 e 30 anos e 1.101 ou 34,40% das vítimas, estavam entre 31 e 60 anos. Além disso, é possível observar que houve um significativo número de vítimas com menos de 16 anos (80 vítimas) e 53 vítimas com faixa etária superior a 61 anos e um total de 22 pessoas com idade não especificada.

Os dados correspondentes ao estado civil das vítimas indicam números semelhantes entre pessoas solteiras e casadas.

No quando anterior também aborda o perfil profissional das vítimas da ditadura, segundo os dados, 272 pessoas *profesionales* sofreram com algum tipo de violação, 75 técnicos – pessoas que estavam inseridos em empresas privadas ou públicas 332. Como se sabe os setores industriais e camponeses tinham bastante simpatia com o governo da UP, dessa forma esses dois segmentos sofreram mais perseguições os *obreiros* e *campesinos* sendo um total de 1.108 pessoas vítimas dos militares, a classe estudantil também apresenta um número elevado de vítimas (391).

Importante notar que na tabela apresentada há números que atestam as violações contra membros das FACH e do corpo de *carabineiros*, a classe militar na qual segundo os dados da comissão membros das forças armadas e do corpo de *carabineros* se soma com um número de 173 vítimas aos demais chilenos que sofreram abusos por parte da ditadura de Pinochet.

Na tabela seguinte, apresentamos os dados que revelam elementos para pensarmos o perfil político/ideológico das vítimas. A maioria das vítimas pertenciam a partidos marxistas, centros e movimentos armados de esquerda tais como: MIR, MAPU/MOC e FPRM.

Como poderemos observar o Partido Socialista foi o mais afetado com a perseguição exercida pela ditadura (482), posteriormente o MIR com um número de 440 perseguidos, em terceiro o Partido Comunista com mais de 400 pessoas. Alguns partidos de centro como a Democracia Cristã e o Partido Socialdemocrata também se inserem na lista de partidos que tiveram vítimas.

Dessa forma, observamos um total de 3.197 vítimas confirmadas da ditadura militar chilena, divididas entre diferentes classes sociais, idades, estado civil e posições políticas e ideológicas

Tabela 3 – Vinculações políticas

De acordo com a vinculação política	Em n°	Em %
Partido Socialista	482	15,80%
Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)	440	13,70%
Partido Comunista	427	13,30%
Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU y MOC)	36	1,10%
Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR)	22	0,69%
Partido Radical	17	0,53%

Democracia Cristiana	12	0,38%
Izquierda Cristiana	7	0,22%
Partido Nacional	4	0,13%
Partido de Izquierda Radical	3	0,09%
Patria y Libertad	3	0,09%
Partido por la Democracia	2	0,06%
Partido Socialdemócrata	1	0,03%

Unión Demócrata Independiente	1	0,03%
Otros partidos	16	0,05%
Sin Antecedentes	1.724	53,80%
Total	3.197	100%

Fonte: Relatório sobre a classificação das vítimas de violações dos direitos humanos e violência política. Santiago: Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação, 1996, tabelas 24 e 25.

Observa-se que o autor apresenta o perfil das pessoas que foram vítimas da ação repressiva do estado autoritário de Pinochet, ressaltando que se trataram, majoritariamente, de jovens, do gênero masculino, com uma média de idade de 30 de anos, predominantemente trabalhadores urbanos, camponeses e militantes de partidos de esquerda assim como militantes do MIR. Apenas este último grupo teve 400 militantes assassinados, o Partido Comunista 427 e o Partido Socialista 482 vítimas.

Dessa forma, observamos os grupos e perfis de pessoas perseguidas durante o regime de Pinochet, a partir desses dados, podemos afirmar um contexto desde o início do regime como um terrorismo de estado, onde pessoas de alguma forma possuíam algum vínculo com o governo Allende, mesmo que fosse apenas simpatia ideológica foram perseguidos pela Junta Militar, a partir de 11 de setembro de 1973.

Dentre essas perseguições destacamos a Caravana da Morte, abordagem que será trabalhada no tópico seguinte.

O regime chileno, conforme demonstramos, atuou para se manter no poder a partir das violações sistemáticas e institucionalizadas aos direitos humanos articulando-se também regionalmente com os demais regimes autoritários para perseguir e prender inimigos comuns: opositores de esquerda, ligados ou não a partidos e organizações marxistas ou simplesmente defensores da democracia e críticos ao *Terror de Estado*.

Os números apresentados evidenciam um regime que desde os seus primeiros momentos utilizou de atividades violentas para combater o que eles entendiam como inimigos internos da sociedade chilena.

A partir de trabalhos apresentados nesse capítulo, podemos observar como as ditaduras militares, e no caso específico, a ditadura chilena, são regimes pautados nas sistemáticas violações aos direitos humanos.

Capítulo II - “A violação dos Direitos Humanos na Grande Imprensa: Os jornais *O Estado do Maranhão* e o *Estado de São Paulo*”

Nesse capítulo, iremos apresentar o resultado da pesquisa realizada nos dois impressos escolhidos como fontes desse trabalho, como apresentado na introdução do mesmo, a escolha dos jornais se deve ao fato dos periódicos estarem inseridos numa categoria de jornais de grande imprensa, portanto impressos com tiragem diária.

Os jornais são importantes devido as suas características para uma intervenção de uma aula acerca do tema das ditaduras, proporcionando ao aluno o contato com uma fonte histórica, sua leitura, análise e reflexão do papel desempenhado por essas empresas durante o contexto estudado.

O jornal *O Estado do Maranhão*

Iremos iniciar a análise documental pelo jornal local *O Estado do Maranhão*, impresso batizado por esse nome no dia 1 de maio de 1973, e em circulação até os dias atuais.²⁶

O jornal *O Estado do Maranhão* é herdeiro do jornal *Do Dia* fundado em 1959, quando Albert Aboud adquiriu o impresso de Alexandre Costa. Segundo a historiadora Teresa Cristina Freitas Oliveira, o jornal circulava desde 1953, fundado por um grupo político conservador do Estado e continuou nessa perspectiva política após a aquisição por Alberto Aboud, membro do PTB e, posteriormente, do PSD, entre as décadas de 50 e 60.

Após o golpe militar brasileiro, este empresário pertencente a uma rica família de origem libanesa, filiou-se a Arena²⁷ e o impresso expressou posicionamentos favoráveis à Ditadura Militar (OLIVEIRA, 2015, p. 204).

Em 1973, o jornal foi adquirido pelo senador maranhense José Sarney que mudou o nome do jornal para *O Estado do Maranhão*. O jornal manteve uma posição favorável ao governo militar brasileiro.

Segundo Cunha (2018), o jornal *O Estado do Maranhão* foi o “porta voz” da Ditadura empresarial-militar no Maranhão.

²⁶ Atualmente o impresso não dispõe mais de edições impressas, dessa forma, o jornal está todo em formato digital.

²⁷ Surge a partir da decretação do Ato Institucional n° 2, que consistiu no Bipartidarismo, sistema que vigorou de 1965 até 1979 durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

A grande imprensa do século XX, dentre eles o *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão* a nível regional, é antes de tudo um campo empresarial. Essa leitura nos ajuda a entender o fato dos jornais citados atuarem, em determinados momentos, de maneira tão partidária (CUNHA, 2018, p,7).

De acordo com Cunha (2018), o corpo diretivo do impresso, formado por José Sarney, Alberto Aboud, Clodomir Milet e Artur Carvalho²⁸, transitava entre o jornalismo e a política e estes nomes citados, todos eram alinhados ao regime autoritário inaugurado em Abril de 1964.

O Jornal do Dia foi um dos principais canais de apoio ao golpe de 1964, seguindo uma tendência da grande imprensa nacional que via em João Goulart uma ameaça de colocar o país em sintonia com o comunismo. Enquanto que *O Estado do Maranhão* foi um porta voz do regime. O estado da questão aponta que a imprensa foi um dos pilares de consolidação do capitalismo no ocidente e que os jornais, dentre eles o *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*, são, antes de mais nada, empresas. Esta afirmação nos ajuda a compreender o porquê dos jornais citados atuarem, em determinados momentos, de maneira tão partidária (CUNHA, 2018, p. 4).

Também ainda de acordo com Cunha (2018), José Sarney como proprietário do impresso maranhense demonstra o alinhamento dos militares com empresas jornalística, pois segundo o autor, o jornal OEM foi o porta-voz do regime (CUNHA, 2018, p.4).

A partir da leitura do impresso maranhense, observamos que o mesmo abordou o tema desta pesquisa, em suas páginas as notícias de denúncias contra o regime de Pinochet, em algumas páginas há menções ao termo ditadura no Chile, todavia, não há essa mesma abordagem acerca das denúncias contra a ditadura civil-militar brasileira, outro ponto importante é que o impresso divulgava sobretudo em datas cívicas, as realizações do presidentes militares, enaltecendo o regime e a figura desses presidentes, e colocando o contexto brasileiro como um regime de ordem e de democracia.

O jornal *O Estado do Maranhão* apresenta uma circulação diária. Em seu caderno encontrava-se assuntos variados, divididos por páginas. Dentre os assuntos observa-se política, economia, cultura e esporte, além de várias páginas dedicadas aos classificados que anunciavam no periódico.

Como apresentado anteriormente, em 1973 o jornal é adquirido pelo então Senador da República José Sarney, filiado à ARENA – partido que representava os

²⁸ Clodomir Milet assim como Artur Carvalho se filiam à Arena após o golpe de 1964.

1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	0	0	0									

As primeiras notícias vinculadas no periódico que abordaram a questão da violação dos direitos humanos no Chile²⁹ foram publicadas pouco mais de dois meses após o golpe e consistiram em denúncias da Embaixada sueca. Os relatos enfatizavam a ação violenta contra diplomatas que tentavam proteger uma refugiada uruguaia que estava dentro de um hospital e que havia sido detida pelos militares enquanto se recuperava de uma cirurgia em um hospital (OEM,28/11/1973, p.1).

Do ponto de vista legal, a detenção violava regras básicas de acordos internacionais³⁰.

A segunda matéria aborda outra denúncia de autoridades suecas contra as ações da ditadura chilena, o ex-embaixador sueco, *Harald Edelstam*, em Santiago, afirmou que ao menos 15 mil pessoas haviam sido mortas desde a queda de Salvador Allende e que 7 mil pessoas estavam detidas irregularmente no Chile – importante salientar que a matéria não pública uma fonte que assegurasse as informações apresentadas ao leitor.

Ainda na leitura do texto presente no OEM esse fato causou problemas do ponto de vista diplomático entre a ditadura recém instalada no Chile com o país europeu, dentre as consequências diplomáticas tá a anulação de um empréstimo ao Chile:

Momentos antes, o Governo sueco havia anunciado sua decisão de tornar sem efeito o empréstimo de 40 mil coroas (Cr\$ 60 milhões) aprovado em agosto. Uma nota oficial diz que a orientação do atual Governo chileno não justifica a concessão do empréstimo pelos suecos (OEM, 13.12.1973, p.2).

Um dos principais partidos políticos chilenos, o Partido Democrata Cristão (PDC) ou Democracia Cristã (DC) que durante o governo Allende fez oposição ao governo da Unidade Popular, apresentou uma nota discordando das medidas tomadas pelo “governo” militar. Segundo a nota, acontecia uma repressão generalizada pela junta militar, contra a população chilena e muitos cidadãos estavam sendo privados de seu trabalho, sua

²⁹ Suécia apresenta ao Chile protesto pela agressão a diplomata, **O Estado do Maranhão**, 28.11.1973 p1.

³⁰ A notícia em questão não apresenta quais acordos internacionais seriam esses que estavam sendo violados.

carreira, detidos e humilhados. O partido também expôs o seu descontentamento com o fechamento do Congresso por parte da Junta Militar de governo (OEM, 10/02/1974, p.2).

Entretanto, expressou a aprovação à possibilidade de retorno do poder econômico, social e até mesmo político esperados com a consolidação do novo governo:

Líderes democratas cristãos acentuaram que suas discrepâncias com o Governo surgiram quando as Forças Armadas fecharam o Congresso e ordenaram o recesso das atividades políticas. A democracia cristã diz em sua carta que os grupos de direita estão sendo beneficiados com a atual política do Governo. “Apesar das claras advertências da digna Junta, pequenas minorias parecem acreditar que tudo aconteceu no Chile tem por objetivo devolver-lhes o poder econômico, social e até mesmo político, que no processo de democratização de nosso país haviam perdido (OEM, 10/02/1974, p.2.)

Denúncias às violações do direitos humanos pela ditadura chilena chegaram à Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA)³¹, realizada em Caracas, no dia 19 de maio de 1977. O representante do jornal liberal *El Nacional*, de Santiago, declarou que o governo militar utilizava-se de ações como “subterfúgios, táticas evasivas e dilatórias” para ocultar os assassinatos de opositores, violando direitos à vida, liberdade de pensamento e de informação, de reunião aos direitos políticos e de nacionalidade. A matéria também denuncia a falta de informações sobre os assassinatos que não foram informadas pelo “governo” chileno para a comissão da OEA:

O jornal afirmou que o documento secreto da OEA acusa o governo chileno de usar subterfúgios, táticas evasivas e dilatórias para atrapalhar a missão da comissão. Acrescentou que a comissão inter-americana de direitos humanos comprovou em seu terceiro relatório sobre o Chile violações sobre os direitos a vida, a liberdade de pensamento e de informação, dos direitos políticos e do direito a nacionalidade (OEM, 20.05.1977, p.2).

³¹ A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficará conhecido como “Sistema Interamericano”, o mais antigo sistema institucional internacional. A OEA foi fundada em 1948 com a assinatura, em Bogotá, Colômbia, da Carta da OEA que entrou em vigor em dezembro de 1951. Posteriormente, a Carta foi emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, assinado em 1967 e que entrou em vigor em fevereiro de 1970; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, assinado em 1985 e que entrou em vigor em janeiro de 1993; pelo Protocolo de Manágua, assinado em 1993 e que entrou em vigor em setembro de 1996; e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992 e que entrou em vigor em setembro de 1997. A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. Acesso: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp em 15.11.2018 às 10:45.

Observamos que o relatório do organismo era bem taxativo no que diz respeito aos crimes da ditadura contra pessoas que não eram necessariamente militantes, e através de um autoritarismo sofreram crimes contra sua integridade física, liberdade de pensamento e direitos políticos e até mesmo direito a sua nacionalidade como aponta o final do documento da OEA.

Em outra reunião da OEA, o Chile foi criticado pelos membros da organização³², a organização dos estados americanos em uma reunião em Washington, teceu severas críticas à falta de direitos humanos no Chile.

O Chile estava no centro do debate, tanto na Assembléia como à margem dela, devido ao chamado do embaixador norte-americano em Santiago para consultas, anunciado no mesmo dia. Washington acusou ao Chile de falta de cooperação suficiente com os investigadores norte-americanos que buscam aos responsáveis pelo assassinio do ex-ministro de relações exteriores do Governo Allende, Orlando Letelier cometido em 1976 na capital norte-americana (O Estado do Maranhão, 25.06.1978, p.4).

A Organização das Nações Unidas também foram noticiadas no jornal OEM como órgão crítico à ditadura de Augusto Pinochet. O jornal relatou a instituição de uma comissão para investigar a ajuda à ditadura de Pinochet, pois segundo o texto, a organização se preocupava com ações discriminatórias e a proteção as minorias (OEM, 23/07/77, p.1).

Tal comissão, segundo o jornal, tratava-se da mesma formada para avaliar a situação do governo de Pretória, na África do Sul, em que naquele contexto ainda mantinha o *apartheid*³³. A maior parte dos países membros da ONU votaram a favor da comissão. Os contrários foram governos latino-americanos, com exceção da Colômbia.

O relato sobre a formação da comissão de investigação da ONU não era surpresa no jornal, pois dois anos antes, a opinião internacional sobre a Ditadura Pinochet noticiada pelo impresso. Uma notícia proveniente da agência internacional de notícias AFP, em especial, vinculada no jornal OEM demonstra a situação com a qual era vista a ditadura perante órgãos internacionais.

A argumentação ressalta a declaração da ONU de que o regime militar chileno

³² Reuniões da OEA criticam Direitos humanos no Chile, **O Estado do Maranhão**, 25.06.1978 p4; Direitos humanos ainda em discussão na OPEP, **O Estado do Maranhão**, 27.06.1978 p2; Venezuela denuncia Direitos humanos violados, na OEA, **O Estado do Maranhão**, 26.06.1978 p2

³³ Regime de segregação racial na África do Sul entre os anos de 1948 a 1994.

desconhecia a Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁴, pois seus primeiros atos após a tomada de poder não respeitavam direitos civis, políticos, liberdade de opinião, de consciência e direito a vida (OEM, 16/10/75, p.1).

Dez anos depois, o jornal maranhense noticiou que um grupo de representantes da Sociedade Científica e de Direitos humanos denunciaram nos EUA a persistência da prática de tortura no Chile (OEM, 27/07/85, p.6). De acordo com a denúncia, os representantes da referida Sociedade percorreram a capital e outras duas cidades chilenas, entrevistando funcionários do judiciário, do governo e pessoas ligadas aos Direitos humanos.

A partir dos relatos concluíram que a prática da tortura permanecia no Chile e que era praticada por distintos órgãos do Estado e admitida pelo regime. Diante disso o texto reproduz as constatações de Dr. Lawrence que expressavam reais preocupações com as evidências de que práticas de violência continuavam permanentemente persistentes (OEM, 27/07/1985, p.6).³⁵

A partir dos anos finais da década de 70 e principalmente na década de 80, o impresso permanece publicando notícias sobre o contexto chileno de denúncias de torturas, porém, observamos que o OEM, apresenta também notícias relatando as manifestações pelo fim do regime, a partir da leitura do impresso, observamos que notícias sobre mobilização popular pelo fim da ditadura são características das notícias dos anos 80.

Em resposta da falta de direitos constitucionais e de trabalho no Chile, organizações sindicais latino-americanas³⁶ tais como: Confederação Internacional de Organizações Livres (CIO), Oficina interamericana de Trabalhadores (ORIT) e a Confederação de Trabalhadores de Venezuela.

Esse boicote coincide com a data do sexto aniversário do golpe militar no Chile e tinha a finalidade de obrigar o governo a restituir a democracia no Chile.

As matérias sobre as violações aos direitos humanos encontradas no OEM apresentaram um teor de denúncia, pois referendaram manifestações de organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, de órgãos políticos de esquerda e entidades

³⁴ Documento elaborado pela ONU, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelece os artigos que têm por função sistematizar os Direitos Humanos.

³⁵ Essa notícia apresenta ao leitor as denúncias realizadas por essa instituição denominada por “Sociedade científica e Direitos Humanos”, essa sociedade era formada por cientistas estadunidenses que se deslocaram ao Chile para averiguar se a prática das torturas ainda era realizada no Chile, a notícia é datada do ano de 1985, ou seja, 12 anos de regime pinochetista.

³⁶ Governo militar preparado para enfrentar boicote, **O Estado do Maranhão**, 01.08.1979 p8.

sindicais, o impresso apresenta-se com a tentativa de “imparcial” principalmente pela ausência de editoriais acerca do tema.

O Jornal *O Estado de São Paulo*

Analisamos o jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) com o objetivo de observar como outro jornal que apoiou a Ditadura Civil-Militar brasileira, mas que possui circulação na região Sudeste do país, tratou do tema da violação dos direitos humanos no Chile. Da mesma maneira que o jornal *O Estado do Maranhão*, revisamos os números publicados entre os anos 1973 e 1990.

O impresso paulista foi fundado de 1875, a partir de um grupo de pessoas que defendiam o modelo republicano de Estado, o impresso também defendia ideias abolicionistas, o título atual do impresso surge a partir de 1890, anteriormente o jornal era conhecido por “A província de São Paulo”.

Durante todo o período da Primeira República (1889-1930) o impresso se manteve simpatizante dos governos deste período. O impresso também mostrou simpatia com o período denominado Era Vargas (1930 – 1945), e como já apresentado anteriormente, o impresso se posicionou alinhado aos interesses do regime inaugurado no Brasil a partir de 1964.

Ismara Izepe de Souza, entende o impresso como um veículo de divulgação de ideias liberais. Segundo Ismara I. Souza, o impresso serviu como uma espécie de porta-voz contrário ao comunismo.

O Estado de S. Paulo destacou-se como o principal formador de opinião das classes médias e das elites paulistas, obtendo projeção nacional. O Estadão, como é conhecido hoje, se norteou pelos princípios de um liberalismo conservador, sendo marcante sua influência na vida político país. Surgiu, em 1875, com o nome de Província de S. Paulo, defendendo o abolicionismo e a proclamação da República (SOUZA, 2018, p.376).

A historiadora Adriane Vidal Costa, a partir de um trabalho acerca da interpretação do jornal OESP analisa como o mesmo se posicionou sobre a tomada do poder em 1973 no Chile.

Segundo a autora, o impresso paulista se posicionou favorável ao golpe de 1964 no Brasil, sua afirmação se baseia em manchetes publicadas pelo impresso logo após os

eventos de 1 de Abril de 1964, todavia, o impresso não deixou de sofrer censura por parte dos militares brasileiros.

As notícias divulgadas pelo impresso tinham duas características: podiam ser originárias de agências internacionais de notícia ou a partir de correspondentes internacionais do jornal sediados no Chile.

Grosso modo, parte das matérias publicadas no OESP provinham de agências internacionais, principalmente da Agence France-Presse (AFP) e da norte-americana Associated Press (AP). Acreditamos que, mesmo divulgando notícias provenientes das agências internacionais, o jornal delineou e expressou suas posições perante o golpe militar no Chile. Afinal, era necessário escolher, organizar e adequar as notícias que chegavam das agências. Outras duas fontes importantes de notícias eram os enviados especiais e os correspondentes. Os dois enviados especiais do OESP foram os jornalistas brasileiros Lúcio Flávio Pinto⁵⁰ e Clóvis Rossi⁵¹ que contribuíram com textos que passavam pelo crivo da autocensura.⁵² É perceptível que tomavam certos cuidados sobre o que escreviam e de que forma escreviam, escolhendo palavras e temas mais adequados para relatarem o que ocorria no Chile. O correspondente chileno do OESP foi o jornalista Abraham Santibáñez,⁵³ um grande crítico do governo da Unidade Popular e defensor dos militares e do golpe de estado (COSTA, 2021, p.157).

Segundo o trabalho de Costa, algumas matérias publicadas no impresso também eram originárias do periódico chileno “*El Mercurio*” sendo este um periódico alinhado aos interesses dos militares que conspiravam com um golpe militar.

Os artigos assinados representam a opinião do impresso, nessa perspectiva, observamos um texto assinado pelo *O Estado de São Paulo* onde podemos apontar algumas visões dos colaboradores do periódico.

No jornal *O Estado de São Paulo*, esse tipo de texto eram registrado numa coluna denominada de “Notas e informações”.

A partir do trabalho de Adriane Vidal e das matérias analisadas nesse trabalho, OESP não se mostrou como um jornal crítico ao golpe militar no Chile, assim como não foi crítico ao golpe no Brasil em 1964.

Entre o ano de 1973 e 1990 encontramos 161 textos referindo-se ao golpe e ao Regime Militar instaurado no Chile em 11 de setembro de 1973. O tema foi publicado regularmente no jornal. Encontramos matérias em todos os anos revisados. Foram mencionados casos de tortura; críticas aos regimes por governos e entidades voltadas à preservação dos direitos humanos, versões dadas pelos próprios militares sobre as

denúncias feitas de casos de torturas durante o regime, e artigos de opinião sobre o contexto chileno durante a década de 70 e 80.

Tabela 5: Notícias encontradas em O Estado de São Paulo (1973 – 1990)

Ano	Meses/Quantidade de notícias por mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1973									1	0	1	1
1974	0	0	0	3	1	1	0	2	1	2	0	0
1975	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	1
1976	3	1	0	0	2	0	2	2	2	1	1	3
1977	0	0	6	0	0	1	1	2	0	2	2	2
1978	0	1	2	0	0	0	0	1	1	0	0	1
1979	0	2	1	0	0	0	1	0	1	2	1	0
1980	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1
1981	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3	1
1982	0	2	2	0	0	0	2	1	0	2	2	0
1983	2	0	1	0	1	5	1	2	1	0	2	1
1984	1	0	1	0	1	0	0	6	3	1	0	1
1985	0	4	0	1	0	1	0	1	5	4	2	3

1986	2	0	2	0	0	0	0	0	0	1	1	2
1987	0	2	2	0	1	2	0	1	1	1	0	0
1988	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	1	0	0									

A primeira notícia acerca do tema de violações aos direitos humanos encontrada em OESP, foi publicada em 7 de setembro de 1973 e refere-se ao caso relatado acima dos marinheiros punidos por não compactuarem com as tratativas do golpe (OESP, 07/09/1973, p.1). O texto apareceu na primeira página e denunciou as torturas e as dificuldades e impasses do governo de Salvador Allende para tratar da questão.

Um aspecto interessante no acervo do jornal O Estado de São Paulo foi a possibilidade de ter acesso às notícias que foram censuradas pelo regime militar brasileiro. Algumas daquelas que abordaram o tema desta pesquisa estão entre esse grupo porque incluíram críticas às condições socioeconômicas do Brasil a repressão política praticada no nosso país assim como em outras regiões da América Latina (OESP, 14/11/1973, p.14).

Os casos sobre torturas como apontado no parágrafo anterior eram de conhecimentos da comunidade internacional, entidades de defesa dos Direitos Humanos já debatiam ao longo da década de 1970 medidas para proteção da dignidade humana e cessão desses abusos por partes de integrantes de Estado em todo o mundo, nessa abordagem, o impresso apresenta ao leitor uma matéria sobre a possibilidade de criar e divulgar o que no título da matéria é escrita por “Tortura terá uma ‘lista negra’”³⁷.

Nessa matéria em questão, há notícias de casos de violações em vários países latino-americanos, portanto, órgãos internacionais viam essas estratégias por parte de

³⁷ Tortura terá uma ‘lista negra’. **O Estado de São Paulo**, 13 de dezembro de 1973, p. 36.

regimes autoritários e de grupos contrários à esses regimes, dessa forma a prática da violência era cometida tanto por agentes do Estado quanto por pessoas que lutavam para derrubar esses regimes, e segundo a matéria, essas práticas eram vistas como um problema que devia ser sanado.

O título da publicação do impresso é resultado dos debates da organização Anistia Internacional, sobre o uso ou não da tortura, de acordo impresso aponta como “causa justa” defendida, segundo o jornal, por grupos “esquerdistas” em todo o mundo, todavia, o objetivo dos debates não foram levados adiante. Essa matéria é importante ressaltar que não há nenhuma menção sobre a participação de militares, presidentes ou agentes de Estado em casos de tortura, a partir da leitura da mesma observamos que a prática da tortura era vista como válida por grupos denominados, segundo a matéria por grupos de esquerda.

O cientista político Anthony Pereira aborda sobre a instituição de tribunais de guerra após a chegada da Junta Militar ao poder. Em 27 de Abril de 1974, o OESP noticiou na primeira página a aplicação da pena de morte contra integrantes do então proscrito Partido Socialista do Chile. A matéria traz ao leitor um contexto de extrema repressão contra àqueles vistos como inimigos do regime em vigência (OESP, 27/12/1973, p.36). A historiografia especializada aponta que os militares viam o marxismo como uma espécie de “câncer” e portando devia ser extirpado do território chileno.

Estudantes, sindicalistas, camponeses, movimentos feministas foram alguns dos grupos perseguidos pelos órgãos de repressão chileno e, em muitos casos, as penas aplicadas foram as execuções.

A matéria em questão relata a prisão e condenação à morte de dois estudantes, dois líderes camponeses e um chefe da Corporação pela reforma agrária pelo regime militar chileno³⁸

As notícias levantadas a partir das fontes encontradas em OESP, têm como característica serem oriundas de correspondentes internacionais. Dentre as notícias levantadas, observamos que a Junta Militar em todo instante nega as acusações de cometer atos de torturas.

Nesse ponto, observamos que não há um posicionamento do jornal acerca das declarações feitas por integrantes das FACH, a partir da leitura, fica claro que o jornal

³⁸ Pena de morte é aplicada no Chile. **O Estado de São Paulo**, 27 de Abril de 1974, p.1.

abre espaço para a versão dos militares, mas o OESP não infere em questionar a versão da Junta Militar.

Em matéria vinculada no dia 15 de maio de 1974 com o título “Junta vai punir o terror com morte”, nessa matéria o leitor poderá perceber o viés autoritário do regime e também como eram vistas as ações de grupos de oposição (OESP, 15/05/1974, p.7). A respeito destes, o jornal refere-se às ações de grupos de esquerda como atos terroristas. Na mesma reportagem, foi denunciada a tortura realizada pelos órgãos de Estado, ao tratar do desaparecimento de um professor chileno a partir da reprodução de notícias do jornal mexicano “*Excelsior*”.

Durante a pesquisa observamos o impresso com a tentativa de se posicionar sob um viés neutro, todavia, observamos que o impresso apresenta uma visão crítica ao governo da UP, e, pois o mesmo apresenta as denúncias, mas também não deixa de apresentar as justificativas e versão por parte dos militares, exemplo dessa matéria na qual relata o motivo das penas sumárias, pois segundo os militares os autores dos ditos atentados estariam atentando contra a “segurança nacional”, e na mesma matéria apresenta a versão para a prisão de um professor chileno, pois segundo a matéria o mesmo era integrante de um grupo terrorista. Dessa forma, observamos que o impresso ameniza os casos de denúncias de torturas perpetradas pelos militares chilenos.

A partir dessa matéria, podemos identificar como o impresso em suas páginas contribuiu para criar o imaginário de terror por parte de grupos opositoristas às ditaduras militares. Há várias matérias em que o OESP não aponta o governo chileno como um regime ditatorial.

Nas páginas do O Estado de São Paulo, observamos que o tema de violações aos direitos humanos é frequente, em muitas matérias há denúncias sobre governos que cometiam atos de torturas contra presos políticos, e nessas matérias de caráter denunciatório sempre há menção ao Chile.

Como apontado anteriormente, o OESP, apesar de anunciar denúncias contra os militares chilenos, também deu espaço às notícias que apresentavam a versão “oficial” do regime, a exemplo de uma matéria vinculada no impresso sobre a descoberta de um novo arsenal pertencente ao grupo MIR. As informações levantadas na notícia em questão são oriundas dos militares. De acordo com o impresso os extremistas utilizaram uma casa de propriedade da igreja católica como depósito desse material bélico, a matéria não deixa claro ao leitor se houve prisões, apenas relata que a casa era utilizada por “extremistas de

esquerda” e conclui informando sobre a condenação de outras pessoas por atos de terrorismo (OESP, 24/08/1974, p.6).

Na mesma página há uma matéria assinada pelo correspondente Abraham Santbañez. No texto podemos observar o reconhecimento do regime, pois o título qualifica-o como “governo”, mesmo que tenha sido instituído por meio de um golpe. Em seguida. O golpe é qualificado como uma tentativa de retorno ao que o texto classifica como tradição do Chile. Santbañez refere-se ao golpe de 11 de setembro de 1973 como “movimento militar”, ou seja, necessário para o progresso do Chile.

Nesse texto assinado pelo correspondente, há menção à soberania chilena, a Bernardo O’Higgins, lembrado pelo autor do texto como o primeiro líder do Chile. Outro ponto importante a ser analisado pelo texto de Abraham Santbañez é como ele se refere ao General Pinochet, pois em seu texto classifica o general como Chefe de Estado, outro ponto importante diz respeito às críticas a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos feitas por parte de Pinochet, pois segundo o mesmo, durante o governo de Allende se “assassinava impunemente” nas palavras de Pinochet, e não havia visita das comissões internacionais, segundo críticas do general.

Ainda sobre a matéria que classificava como governo, é importante ressaltar a dualidade sobre duas realidades, a anterior (governo da UP) não havia patriotismo, o Chile estava num contexto de caos e anarquia, e a partir de 11 de setembro de 1973, o Chile tinha voltado a ser uma nação “patriota, soberana, organizada, justa, progressista, pujante, dona de seu destino”.

Em artigo reproduzido do jornal britânico “*The Economist*”³⁹ o golpe aparece como uma salvação do Chile de um “desastre inevitável”, esse desastre seria o governo da UP. Mas, ao mesmo tempo, o artigo reconhece o caráter autoritário do regime pinochetista, a ponto de afirmar que o regime não tinha as características aceitáveis dos democratas ocidentais (OESP, 22/09/1974, p.264).

Em seguida o impresso aborda duas linhas de pensamentos, ambas militares que simpatizavam com Pinochet, a primeira entendia que o autoritarismo do então regime era aceito devido ao contexto que o país andino estava passando de iminência de uma “guerra civil”, essa guerra civil eclodiria caso houvesse a permanência da presidência de Salvador Allende.

³⁹ Não deve ser esquecida a experiência de Allende – *The Economist*. **O Estado de São Paulo**, 22 de setembro de 1974, p.264.

A outra linha de pensamento defendia que o regime devia inaugurar uma “nova política”, ou seja, extinguir a política até pouco tempo vigente, e inaugurar um regime autoritário permanente, um regime sem partidos, segundo o texto do *The Economist*.

Posteriormente, o mesmo texto aborda sobre as acusações que o Chile de Pinochet sofria em relação aos casos de presos políticos torturados. O texto apresenta dados coletados pela *Amnesty Internacional*, de pessoas torturadas e fuziladas logo após o golpe. Os dados mencionados na época afirmam que havia cerca de sete mil pessoas presas e a possibilidade de mesmo número de mortos e desaparecidos.

O que mais chama atenção no texto é o que vem a seguir, de acordo com o artigo do jornal britânico, há de observar duas questões, a primeira sobre o governo anterior – A chegada de Salvador Allende à presidência do Chile é um marco, pois foi o primeiro socialista a chegar ao poder de forma legal, haja vista que Allende foi eleito nas eleições presidenciais de 1970.

De acordo com o artigo, o contexto de crise chileno era resultado da esquerda, o jornal inglês escreve que foi a esquerda chilena que esfacelou as instituições democráticas e não as forças armadas.

Salvador Allende não tinha apoio da Câmara dos Deputados, pois segundo o texto, foi Allende que violou o texto constitucional, a formação de grupos paramilitares foi obra de Allende e de grupos de esquerda que o apoiavam, esses grupos planejavam romper com a institucionalidade e Allende tinha conhecimento de tais planos, dessa forma, coube a Junta a missão de tentar evitar o que o artigo intitula como “totalitarismo de esquerda”.

Outro ponto que deve ser observado segundo o artigo, seria acerca do caráter do regime, de acordo com “*The Economist*”, o governo de Pinochet poderia até ser classificado pelos seus inimigos como totalitário, porém o impresso não compartilhava de tal interpretação, pois segundo o artigo o termo “totalitário” era utilizado aos governos que tentavam manter toda a população em um partido dominante, o texto também enfatiza que geralmente, os regimes totalitários eram de esquerda.

Ainda no desenvolvimento sobre a característica do regime de Pinochet, o artigo entende que é autoritário, todavia, o regime não tinha o objetivo de ocupar toda a sociedade, além de manter uma boa liberdade econômicas, na sociedade - a exemplo da possibilidade de seus cidadãos poderem sair do país livremente.

Para o texto, aquele período havia menos interferência na vida do cidadão chileno que anteriormente (claramente o texto entende que o governo Allende tinha características totalitárias). Sendo dessa forma mais fácil a recuperação das liberdade

políticas naquele contexto do que em um eventual golpe de estado por parte do governo Allende.

Após tomada do poder, várias justificativas por parte da Junta de Governo para tentar explicar um governo autoritário implantado no Chile. Os militares sempre se pronunciavam a população para apresentar supostas provas de organizações terroristas – termo utilizado bastante pela imprensa à época – com o objetivo de dar um golpe “esquerdista” sob conhecimento do antigo governo.

Nesse ponto, observamos algumas notícias sobre esse teor, em uma publicação vinculada no impresso por título “Aspectos desconcertantes do governo militar de Santiago” há a divulgação de planos elaborados por opositores ao regime então em vigência para a tomada do poder. Na mesma matéria, houve também a menção ao processo sofrido pelo general Alberto Bachelet, antes de seu falecimento por problemas cardíacos. Segundo a Junta Militar, o general era um importante líder nesses planos conspiratórios (OESP, 30/04/1974, p.12).

É importante ressaltar que a historiografia especializada afirma que o general sofreu torturas enquanto esteve detido como preso político, todavia, a reportagem em questão não aborda esses episódios.

Como relatado anteriormente, o impresso em suas páginas também publicou notícias a partir da versão “oficial”, ou seja, declarações de integrantes da junta militar, inclusive do próprio general Pinochet, as notícias encontradas sob essa perspectiva tinham o objetivo de negar as denúncias de torturas no Chile durante a ditadura pinochetista, em uma reportagem de tal viés, o então presidente – o impresso se referia com esse termo ao Gal. Pinochet – o mesmo nega a existência de torturas e também negava a existências de campos de concentração. Durante a matéria analisada observa-se a personalidade do general⁴⁰.

Essa matéria foi vinculada no impresso no dia 13 de setembro de 1975, portanto 2 dias após completar 2 anos de golpe militar liderado pelo general Pinochet. Nesse aspecto observamos que o impresso não dá espaço para abordar as consequências ao povo chileno do golpe de estado.

A ditadura de Pinochet, atuou bastante em dissolver um dos principais grupos de resistência à ditadura no Chile, o MIR foi um dos grupos onde seus integrantes sofreram torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, em duas matérias do dia 9 de

⁴⁰ Pinochet desmente a prática das torturas. **O Estado de São Paulo**, 13 de setembro de 1975, p.7.

novembro de 1975 observamos como Pinochet via esse grupo como o “inimigo interno”, importante salientar que nesse período um dos principais órgãos de repressão – DINA – não é citado até então no impresso.

As duas reportagens abordam principalmente como os militares chilenos atuava para dissolver o MIR, mesmo que seus membros fossem levados à morte, como um trecho da matéria fala que na ONU o delegado chileno admitia atos de torturas em território chileno, a partir da leitura, observa-se que os militares viam a tortura como “um meio” para evitar a atuação de opositores ao regime.⁴¹

A segunda matéria (essa assinada pelo correspondente do jornal - Abraham Santibanez) mantém o mesmo teor de informação da anterior, porém ela complementa apontando a atuação da ditadura contra o principal partido político chileno, o partido Democracia Cristã, no texto de Santibanez também há menção sobre a atuação de alguns integrantes da Igreja Católica em ajudar pessoas perseguidas pelos militares.⁴²

Observamos que ambas as matérias, atuam na tentativa de informação ao leitor, o jornal não apresenta um posicionamento claro sobre os casos de torturas denunciados, importante também apontar que as notícias vinculadas no impresso são oriundas de agências de notícias internacionais. O impresso em sua primeira página apresenta essas agências; AFP, ANSA, AP, DPA, LATIN, *Reuters* e UPI.

Durante o período de ditadura Pinochet, a relação do Estado Chileno com a ONU foi marcado por divergências e conflitos, sobretudo a partir das denúncias de torturas levadas a Organização das Nações Unidas, nessas matérias observamos que era de conhecimento da comunidade internacional os casos de torturas, mesmo em muitos casos os militares negando ou tentando justificá-las, as notícias analisadas sobre esse teor apresentam as divergências dos militares principalmente com pessoas religiosas, sendo vários perseguidos após serem acusados pelos órgãos de repressão de ajudar membros do MIR.⁴³

Como já abordado nesse trabalho, a repressão desencadeada pelos militares chilenos não diferenciou gêneros, as mulheres também foram vítimas das torturas cometidas pelos agentes do Estado chileno. Em uma matéria datada de 6 de janeiro de 1976, há o primeiro relato das práticas de torturas divulgadas em uma matéria de jornal,

⁴¹ Perante a ONU, governo chileno admite torturas. **O Estado de São Paulo**, 9 de novembro de 1975, p. 12.

⁴² No Chile uma semana agitada. **O Estado de São Paulo**, 9 de novembro de 1975, p. 12.

⁴³ Chile reage contra resolução da ONU. **O Estado de São Paulo**, 14 de novembro de 1975, p. 7.

a reportagem em si apresenta o descontentamento de uma parte dos integrantes das forças armadas chilenas com as repercussões negativas do país perante a comunidade internacional em virtude das denúncias de torturas.

Nessa matéria apresentada pelo impresso, expõe a denúncia de uma médica por nome, Sheila Cassidy, esses relatos vieram à tona a partir de artigos divulgados pelo jornal britânico *Sunday Mirror* relatando a experiência vivida por Cassidy enquanto esteve na condição de detida pela polícia secreta chilena, segundo os artigos, as violências sofridas pela médica tinham caráter sexual, nos relatos da médica, as violências sexuais eram cometidas pelos militares contra ela e suas companheiras de cela.

Segundo a notícia, esses relatos geraram um crise dentro das forças armadas, a ponto da ditadura de Pinochet proibir a vinculação de notícias acerca da cisão entre os militares.

Como apontado, essa matéria foi a primeira a relatar o tipo de violência empregada contra os presos políticos no Chile, porém devemos ressaltar que a notícia não aborda a fundo os relatos de crimes sexuais.⁴⁴

As torturas no Chile em publicação de 20 de fevereiro de 1976, foram consideradas como institucionalizadas pela Organização das Nações Unidas, essa matéria ainda conclui considerando o governo chileno como um dos ou o mais repressivo do mundo segundo o texto.⁴⁵

A historiografia especializada, atribui ao golpe militar de 1973 a tentativa dos militares chilenos em combater o que eles entendiam como “câncer marxista”, sendo iniciado a partir do golpe uma perseguição a pessoas, partidos e entidades ligadas à esquerda. Nesse ponto é importante apontar um texto publicado pelo impresso no dia 7 de setembro de 1977 por título “A democracia, segundo Pinochet” o texto em questão foi assinado pelo enviado especial do jornal, José Maria Santana⁴⁶.

O texto é resultado de uma entrevista de Maria Santana com um advogado chileno ligado à Pinochet, Enriquer Ortussar Escobar⁴⁷, sendo este membro de uma comissão que tinha a função de auxiliar a Junta Militar na elaboração de uma nova carta constitucional.

Como o título do texto já adianta, a nova carta constitucional chilena inauguraria uma democracia aos moldes de Pinochet, segundo Escobar a democracia chilena seria

⁴⁴ Chile proíbe falar de divisão militar. **O Estado de São Paulo**, 6 de janeiro de 1976, p. 8.

⁴⁵ ONU pede fim das torturas no Chile. **O Estado de São Paulo**, 20 de fevereiro de 1976, p. 8.

⁴⁶ Enviado pelo OESP ao Chile, não há informações mais precisas sobre o jornalista.

⁴⁷ Advogado chileno que trabalhava num grupo de juristas encarregados de auxiliar na elaboração da nova Constituição chilena.

autoritária, pois ela seria protegida e de plena participação popular, para Escobar a democracia autoritária era uma maneira de evitar o que ele entendia como falácia do comunismo de que se pode tudo.

Na visão do advogado, o Chile tinha inaugurado um regime “castrista e comunista” caso não houvesse tido a intervenção militar em 11 de setembro de 1973, em sua visão acerca do golpe militar.

Ainda no texto, o entrevistado apresenta a visão da junta militar acerca do que eles entendiam como seria o futuro do país, sendo criado na população o entendimento de que há a necessidade de se proteger dos inimigos da nação, que na visão de Escobar era o marxismo, e para se proteger desse inimigo era necessário instituir uma “sólida formação democrática, baseada na concepção humanística e cristã”.

A partir da leitura dessa entrevista, observamos como os militares golpistas e seus simpatizantes observavam o governo anterior e como idealizavam o contexto chileno pós-golpe, dessa forma há a clara intenção da Junta Militar em combater o inimigo interno, nos olhares golpistas seria a esquerda ou marxismo.

Nas páginas do jornal O Estado de São Paulo, observamos como se deu as relações entre a ditadura de Pinochet – importante mencionar que o impresso não atribui esse termo ao regime – com o governo estadunidense de Jimmy Carter, sobretudo em relação ao assassinato do ex-chanceler do governo de Salvador Allende ocorrido em solo estadunidense no ano de 1976, o ocorrido inicia, segundo as páginas do impresso problemas diplomáticos entre os EUA e Chile.⁴⁸

Essas reportagens apresentam ao leitor informações até então não tão públicas acerca das ações desencadeadas pela DINA, nessa reportagem em específico observamos a menção ao órgão criado pela ditadura de Pinochet.

Importante registrar que o impresso já no contexto dos anos 80 continuou divulgando os posicionamentos da Ditadura em relação às críticas recebidas por entidades de defesa dos direitos humanos, como aponta uma matéria de 20 de novembro de 1981 por título: Chile contesta relatório da ONU.⁴⁹

Nesse contexto observamos denúncias feitas pela Igreja Católica e seus membros. Em matéria vinculada no periódico paulistano, sob o título de “A igreja acusa o governo chileno de violar direitos”, de acordo com a matéria, a igreja se posiciona como crítica ao

⁴⁸ Os EUA chamam de volta o seu embaixador no Chile, **O Estado de São Paulo**, 24 de junho de 1978, p.8.

⁴⁹ Chile contesta relatório da ONU, **O Estado de São Paulo**, 20 de novembro de 1982, p.8.

governo, no qual havia se “desvirtuado” dos “valores cristãos”, a partir da leitura da texto, observa-se que há um claro sentimento de arrependimento de ter apoiado a quebra da institucionalidade no ano de 1973.⁵⁰

As notícias sobre o tema durante os anos 80 mantém a principal características de serem declarações de entidades, líderes de Estado, instituições religiosas, comissões de defesa de Direitos Humanos, onde em muitos casos uma notícia cita além da situação chilena, outros países latinos que na ocasião também tinham governos autoritários.

Segundo os militares, os relatórios da ONU demonstravam um sentimento “discriminatório” e “antichileno”, com a finalidade de criar “uma imagem negativa” da nação.

As fontes pesquisadas (Jornal O Estado do Maranhão e O Estado de São Paulo) por sua característica de jornais de grande circulação apresentam pontos em comum, pois ambos os impressos possuíam e possuem grande tiragem, são jornais que se colocavam como jornais “imparciais”, todavia, em suas matérias e posicionamentos, evidencia-se seus alinhamentos políticos com regimes autoritários.

Outra característica pulsante em ambos os periódicos se refere à origem das notícias acerca do tema pesquisado, pois os jornais utilizam em sua grande maioria, informações provenientes de correspondentes internacionais em suas páginas.

As fontes utilizadas nessa pesquisa, contribuem para o ensino de História, pois a partir do seu uso, o aluno poderá ter contato com uma fonte histórica, e analisar como o tema das violações aos direitos humanos foram publicados no OEM e OESP, a partir desse contato, o aluno poderá observar como a imprensa contribui para a construção de imaginários sociais e como pode ser utilizada para fins políticos, dessa forma o estudante entenderá que as narrativas presentes em jornais fazem parte da consolidação de projetos políticos de poder.

A historiografia especializada, atribui ao golpe militar de 1973 a tentativa dos militares chilenos em combater o que eles entendiam como “câncer marxista”, sendo iniciado a partir do golpe uma perseguição a pessoas, partidos e entidades ligadas à esquerda.

⁵⁰ A Igreja acusa o governo chileno de violar direitos, **O Estado de São Paulo**, 22 de dezembro de 1982, p.11.

Nesse ponto é importante apontar um texto publicado pelo impresso no dia 7 de setembro de 1977 por título “A democracia, segundo Pinochet” o texto em questão foi assinado pelo enviado especial do jornal, José Maria Santana⁵¹.

O texto é resultado de uma entrevista de Maria Santana com um advogado chileno ligado à Pinochet, Enriquer Ortussar Escobar⁵², sendo este membro de uma comissão que tinha a função de auxiliar a Junta Militar na elaboração de uma nova carta constitucional.

Como o título do texto já adianta, a nova carta constitucional chilena inauguraria uma democracia aos moldes de Pinochet, segundo Escobar a democracia chilena seria autoritária, pois ela seria protegida e de plena participação popular, para Escobar a democracia autoritária era uma maneira de evitar o que ele entendia como falácia do comunismo de que se pode tudo.

Na visão do advogado, o Chile tinha inaugurado um regime “castrista e comunista” caso não houvesse tido a intervenção militar em 11 de setembro de 1973, em sua visão acerca do golpe militar.

Ainda no texto, o entrevistado apresenta a visão da junta militar acerca do que eles entendiam como seria o futuro do país, sendo criado na população o entendimento de que há a necessidade de se proteger dos inimigos da nação, que na visão de Escobar era o marxismo, e para se proteger desse inimigo era necessário instituir uma “sólida formação democrática, baseada na concepção humanística e cristã”.

A partir da leitura dessa entrevista, observamos como os militares golpistas e seus simpatizantes observavam o governo anterior e como idealizavam o contexto chileno pós-golpe, dessa forma há a clara intenção da Junta Militar em combater o inimigo interno, nos olhares golpistas seria a esquerda ou marxismo.

Nas páginas do jornal O Estado de São Paulo, observamos como se deu as relações entre a ditadura de Pinochet – importante mencionar que o impresso não atribui esse termo ao regime – com o governo estadunidense de Jimmy Carter, sobretudo em relação ao assassinato do ex-chanceler do governo de Salvador Allende ocorrido em solo estadunidense no ano de 1976, o ocorrido inicia segundo as páginas do impresso problemas diplomáticos entre os EUA e Chile.⁵³

⁵¹ Enviado pelo OESP ao Chile, não há informações mais precisas sobre o jornalista.

⁵² Advogado chileno que trabalhava num grupo de juristas encarregados de auxiliar na elaboração da nova Constituição chilena.

⁵³ Os EUA chamam de volta o seu embaixador no Chile, **O Estado de São Paulo**, 24 de junho de 1978, p.8.

Essas reportagens apresentam ao leitor informações até então não tão públicas acerca das ações desencadeadas pela DINA, nessa reportagem em específico observamos a menção ao órgão criado pela ditadura de Pinochet.

Importante registrar que o impresso já no contexto dos anos 80 continuou divulgando os posicionamentos da Ditadura em relação às críticas recebidas por entidades de defesa dos direitos humanos, como aponta uma matéria de 20 de novembro de 1981 por título: Chile contesta relatório da ONU.⁵⁴

Nesse contexto observamos denúncias feitas pela Igreja Católica e seus membros. Em matéria vincula no periódico paulistano, sob o título de “A igreja acusa o governo chileno de violar direitos”, de acordo com a matéria, a igreja se posiciona como crítica ao governo, no qual havia se “desvirtuado” dos “valores cristãos”, a partir da leitura da texto, observa-se que há um claro sentimento de arrependimento de ter apoiado a quebra da institucionalidade no ano de 1973.⁵⁵

As notícias sobre o tema durante os anos 80 mantém a principal características de serem declarações de entidades, líderes de Estado, instituições religiosas, comissões de defesa de Direitos Humanos, onde em muitos casos uma notícia cita além da situação chilena, outros países latinos que na ocasião também tinham governos autoritários.

Segundo os militares, os relatórios da ONU demonstravam um sentimento “discriminatório” e “antichileno”, com a finalidade de criar “uma imagem negativa” da nação.

As fontes pesquisadas (*Jornal O Estado do Maranhão* e *O Estado de São Paulo*) por sua característica de jornais de grande circulação apresentam pontos em comum, pois ambos os impressos possuíam e possuem grande tiragem, são jornais que se colocavam como jornais “imparciais”, todavia, em suas matérias e posicionamentos, evidencia-se seus alinhamentos políticos com regime autoritário.

Os jornais apresentam uma característica em comum que é apresentar notícias sobre o que eles em sua maioria entendiam como “Governo Pinochet” na leitura das fontes, observamos que ambos os impressos não se limitaram à apenas apresentar notícias que denunciam os casos de violações, mas também serviram de meio de notícia sobre assuntos relacionados à economia do Chile durante o regime pinochetista – importante saliente que durante o regime de Pinochet, foram empregadas profundas mudanças do

⁵⁴ Chile contesta relatório da ONU, *O Estado de São Paulo*, 20 de novembro de 1982, p.8.

⁵⁵ A Igreja acusa o governo chileno de violar direitos, *O Estado de São Paulo*, 22 de dezembro de 1982, p.11.

ponto de vista econômico no país sul-americano, mudanças que impactaram de forma profunda a sociedade chilena, sobretudo, os mais pobres. E essas mudanças foram à base de um estado de repressão à oposição chilena.

Os jornais também dedicaram espaços nas suas páginas para apresentar ao leitor o alinhamento de ambos os regimes, porém como já relatado nesse trabalho, os impressos não entendiam o regime brasileiro como uma Ditadura, pelo contrário, em suas páginas havia sempre a menção a um regime “democrático”.

Outra característica pulsante em ambos os periódicos se refere à origem das notícias acerca do tema pesquisado, pois os jornais utilizam em sua grande maioria, informações provenientes de correspondentes internacionais em suas páginas.

As fontes utilizadas nessa pesquisa, contribuem para o ensino de História, pois a partir do seu uso, o aluno poderá ter contato com uma fonte histórica, e analisar como o tema das violações aos direitos humanos foram publicados no OEM e OESP.

A partir desse contato, o aluno poderá observar como a imprensa contribui para a construção de imaginários sociais e como pode ser utilizada para fins políticos, dessa forma o estudante entenderá que as narrativas presentes em jornais fazem parte da consolidação de projetos políticos de poder.

Capítulo III – O ensino da História na ditadura chilena: balanço bibliográfico e perspectivas

Nossa proposta de produto educacional é um livro paradidático voltado aos alunos do Ensino Fundamental anos finais, com ênfase para turma de 9º ano do ensino básico.

Nesta parte trataremos do pressupostos históricos e pedagógicos que embasaram a elaboração de um conjunto de intervenções didáticas para abordar a violação dos direitos humanos durante a ditadura Pinochet (1973-1990). O material intitula-se **“Autoritarismo e Violações dos Direitos humanos no Chile: Uma Proposta de abordagem sobre o autoritarismo político na América Latina”**.

E tem como preocupação central explorar brechas curriculares que permitem estender a abordagem de temas previstos nas estruturas curriculares do ensino de História para o nível fundamental II no sentido de uma perspectiva comparada ou conectada com realidades similares vividas em outros países latino-americanos.

Barros (2009) apresenta dois recortes ao leitor o “recorte espacial” e o “recorte temporal”.

Uma delimitação adequada do período histórico que será examinado é, naturalmente, questão de primeira ordem para qualquer historiador. A escolha de um recorte qualquer de tempo historiográfico não deve, por outro lado, ser gratuita. É inútil escolher, por exemplo, “os dez últimos anos do Brasil Império”, ou “os cem primeiros anos do Egito Antigo”. A escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositalmente redondo (dez, cem, ou mil), mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada (BARROS, 2009, p. 41-42).

Como observamos no trecho escrito pelo teórico, a delimitação do recorte temporal tem uma importância que não pode ser desprezada pelo historiador.

Mais uma vez citando Barros (2009) “o problema que define o recorte, e não qualquer coisa como uma dezena de anos escolhidas a partir de critérios comemorativos” (BARROS, 2009, p, 42).

Nosso trabalho tem por recorte temporal o período que corresponde à correspondente à ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), entendemos a importância dessa delimitação de tema devido ao fato de existir uma vasta bibliografia que apresenta ao estudante que o Golpe de 1964 serviu como um exemplo para as tomadas de poder em vários países latino-americanos, no caso chileno não fora diferente, havendo documentos comprovando as articulações dos militares brasileiros com os golpistas

chilenos, assim como empresários que conspiraram para a derrubada de Salvador Allende no ano de 1973.

Aline Cristina da Silva Lima e Cristiane Barbosa de Azevedo no artigo “A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de História: um diálogo possível” refletem sobre a interdisciplinaridade, a presença desse conceito nos documentos da educação no Brasil e ao longo do texto as autoras abordam sobre a possibilidade do ensino de História sob uma perspectiva interdisciplinar.

O ensino de História, a partir de uma perspectiva renovada, deve partir de uma contextualização, que nada mais é do que colocar algo em sintonia com o tempo e o mundo, logo deve ser o passo inicial do trabalho de qualquer área ou disciplina do ensino. Esta preocupação aparece como baliza do ensino interdisciplinar contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ao propor um trabalho com temas transversais seus autores discutem a importância da contextualização para o melhoramento da aprendizagem (LIMA e AZEVEDO, 2013, p. 144).

Como podemos observar, Lima e Azevedo (2013) apontam para a importância da contextualização, a história segundo as autoras é uma disciplina que está ligada diretamente às questões do mundo dos alunos, como bem sabemos e ressaltado pelas autoras, a função da História é a formação de cidadãos críticos Lima e Azevedo (2013).

Entendemos que o conteúdo presente no produto tem por obrigação dialogar com a realidade/contexto do aluno, sabemos que apesar de mais de 30 anos da Ditadura Militar no Brasil há ainda um certo saudosismo e pouco conhecimento de algumas práticas exercidas ao longo de 21 anos de regime autoritário sob a tutela dos homens da caserna.

Este desconhecimento não é coincidência, mas fruto de políticas educacionais e construções curriculares que dificultam a abordagem do tema e, assim, colaboram para a permanência de uma cultura política autoritária na sociedade em geral e de práticas truculentas perpetradas por agentes de segurança pública (policiais militares, policiais civis, delegados, integrantes das forças armadas e etc).

Cotidianamente assistimos imagens que mostram práticas violentas praticadas por agentes públicos contra pessoas em muitos casos residentes em regiões periféricas.

Também observamos discursos simpáticos aos anos de ditadura por pessoas das mais variadas classes sociais e ocupantes de cargos de poder (o exemplo mais famoso é o do ex-presidente do Brasil (2019 – 2022), Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito presidente do Brasil com um discurso saudosista da Ditadura civil-militar brasileira e com opiniões que legitimavam e encorajam a violência policial nas cidades brasileiras).

A dissertação tem por título **“Autoritarismo e Violações dos Direitos humanos no Chile: Uma proposta de Ensino de História e utilização da imprensa como recurso didático”** na qual iremos abordar sobre os conceitos de Direitos Humanos, Ditadura, Autoritarismo e como a grande imprensa (jornais de grande circulação correspondentes ao recorte histórico) podem ser utilizados como ferramenta pedagógica ao ensino de História, esse debate estará presente no livro digital.

Dentre as várias contribuições, destaco a importância de contextualizar o conceito de Direitos Humanos, haja visto que tal conceito apresenta um campo maior nos dias atuais em relação ao recorte cronológico da pesquisa.

Dessa forma é importante apresentarmos uma sequência didática para possibilitar a compreensão do conteúdo por parte dos estudantes.

De acordo com a BNCC (2017), é necessário que os alunos construam suas próprias interpretações sobre qualquer assunto estudado, portanto cabe ao professor orientar os alunos para que os mesmos construam suas análises a partir do seu entendimento.

Dessa forma, importante apresentarmos uma sequência didática para a utilização do produto em sala de aula:

Entendemos como ponto de partida a compreensão do conceito de Direitos Humanos, dessa forma apresentamos a discussão referente ao conceito, de forma introdutória, no paradidático, apresentando também o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos afim de que o aluno tenha conhecimento desse termo e seu surgimento.

Em seguida, apresentamos um debate sobre o conceito de Ditadura, pois entendemos que a compreensão do conceito é importante para o entendimento do aluno que os regimes ditatoriais são marcados por perseguição, prisões, exílios, torturas, assassinatos e desaparecimento de pessoas que discordam de suas ações governamentais.

Posteriormente, apresentamos a questão da violação de direitos humanos durante a ditadura de Pinochet, a partir da leitura o aluno poderá ter conhecimento das ações desencadeadas pelos militares chilenos para tentar silenciar pessoas contrárias ao regime.

E por último é importante a compreensão do uso da imprensa como fonte histórica, dessa forma apresentamos uma metodologia do uso da mesma, possibilitando ao aluno a compreensão dessa fonte como recurso didático.

Nosso público-alvo será alunos(as) de Ensino Fundamental II, pois entendemos que há a necessidade de uma maior abordagem sobre esse tema, devido ao pouco material

que apresenta as relações entre as ditaduras, esse tema no currículo pouco faz um diálogo com as ações estruturadas entre os regimes ditatoriais que refletiram em violações aos Direitos Humanos.

Para a elaboração de um produto educacional, devemos atentar há vários pontos, a apropriação de conteúdo, fontes, e organização das mesmas é importante, porém não se deve deixar perder de vista outros recursos, e nesse caso temos que ter o suporte de recursos tecnológicos para a conclusão de tal proposta.

Respaldados por esses cuidados metodológicos apresentados na introdução deste trabalho, apontamos alguns acervos que possam ser utilizados como fontes de pesquisas: os já conhecidos arquivo públicos, bibliotecas públicas – especificamente da cidade de São Luís, a biblioteca Benedito Leite, localizada no centro da cidade, na qual a mesma possui um setor de obras raras compreendo jornais desde o século XIX e jornais da últimas décadas, se tratando do tema em questão trabalhado neste trabalho, há um considerável material disponível para ser analisado pelo professor e estudantes.

Também podemos encontrar fontes impressas nos acervos digitais dos jornais de grande tiragem sediados na região sudeste de nosso país tais como: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*⁵⁶ entre outros, a partir de um contato com esses acervos, concluo que são acervos de fácil acesso ao leitor.

Dando ao aluno a possibilidade de ter contato com a fonte e a partir da sua leitura historiográfica, tecer análises sobre o tema a partir da leitura de reportagens veiculadas nos impressos, identificar os posicionamentos do corpo editorial do impresso, há também a possibilidade de identificar para qual setor social tal impresso têm suas atenções voltadas e como se constrói os imaginários sociais.

Entendo que o impresso possa ser um recurso importante para a reflexão de contextos sociais, pois a sua linguagem corresponde àquele momento no qual fora escrita determinada reportagem, portanto o contato com a fonte permite perceber e entender como a sociedade se portava sobre determinados temas que estavam sendo veiculados em determinado período.

⁵⁶ Os periódicos *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* estão disponíveis, respectivamente, nos seguintes acervos online: bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil, <https://acervo.oglobo.globo.com/>, <https://acervo.estadao.com.br> e acervo.folha.com.br

Direitos Humanos em parâmetro com o documento curricular do território maranhense

Segundo o documento curricular maranhense, as Ciências Humanas devem ser ensinadas a partir da contextualização, de forma interdisciplinar, transdisciplinar, multidisciplinar e integradora.

Nessa perspectiva, o ensino de História deve colaborar para a compreensão da sociedade, contribuindo para a formação ética, valorizando os direitos humanos assim como o respeito do meio ambiente e da coletividade.

De acordo com a BNCC o componente curricular de História deve promover as seguintes competências:

- Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos, e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
- Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
- Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
- Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
- Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
- Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Como apontado anteriormente, o produto educacional têm por finalidade discentes de História do 9º ano do Ensino Fundamental, pois os conteúdos trabalhos dialogam com o conceito de Direitos Humanos e também nesse ano escolar temos abordagem sobre os regimes autoritários instalados na América Latina a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com o documento do território maranhense, a temática dos direitos humanos está inserida na abordagem sobre o surgimento da Organização das Nações Unidas – ONU – tendo como habilidades **EF09HI15** – discutir sobre as motivações que levaram à Criação da Organização das Nações Unidas – e na habilidade **EF09HI16** – relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e da defesa da dignidade humana.

Ainda no que corresponde as habilidades exigidas pelo documento temos **EF09HI19** - Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

A educação em Direitos Humanos de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

O PNEDH data de 1996 onde o Estado Brasileiro se compromete em instituir uma educação que valorize os direitos humanos, segundo texto do PNEDH a educação em Direitos Humanos necessita de alguns aspectos necessários para a formação do sujeito como agente defensor dos direitos:

- Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Como podemos observar, inicialmente é necessário entender o termo a partir de um olhar histórico para melhor compreensão, esse exercício requer uma compreensão a partir de contextos internacionais, nacionais e também locais.

Valorização de aspectos tais como valores, práticas e atitudes sociais que desencadeiam uma cultura de direitos humanos dentro da sociedade. Importante frisar que há a necessidade da formação de conscientização da sociedade com a finalidade de entender o termo a partir de aspectos cognitivos, sociais, éticos e políticos.

Ainda de acordo com o texto, importante a construção de metodologias didáticas acerca de uma educação voltada a promoção dos Direitos Humanos, sendo essa construção seja feita de forma coletiva.

E por último o fortalecimento de práticas individuais e sociais afim de promover a defesa dos direitos humanos.

De acordo com o documento a educação é um ambiente adequado a formação de agentes defensores dos Direitos Humanos, dessa forma há a necessidade de formação de agentes públicos e sociais para atuarem nos mais variados setores da sociedade, seja formalmente ou informalmente.

De acordo com o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos a educação contribui para: cultura universal dos direitos humanos; respeito, tolerância, promoção e valorização de diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero, orientação sexual, nacionalidade entre outros); também apontamos que de acordo com o documento uma educação em Direitos Humanos assegura a participação das pessoas em uma sociedade livre.

No que corresponde aos objetivos do Plano Nacional em Educação em Direitos Humanos o documento nos apresenta alguns pontos que são importantes serem apresentados:

- Destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado democrático de direito;
- Enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- Encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- Contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;

- Estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- Propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- Avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;
- Orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
- Estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;
- Estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- Incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
- Balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;
- Incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos para pessoas com deficiência.

Dentre as perspectivas que o documento propõe apontamos a Produção de Informação e conhecimento, segundo esse documento o Estado deve promover a produção e disseminação de dados e informações sobre educação em direitos humanos a partir de vários meios com o objetivo de sensibilizar a sociedade e garantir acessibilidade às pessoas portadoras de alguma deficiência.

Publicação de ações de proteção seja nacionais ou internacionais. Realização de pesquisas para a educação em direitos humanos. Incentivar a sistematização de divulgação de práticas educacionais em direitos humanos.

A educação em si compreende o que vem a ser direito, dessa forma, as crianças têm direito a uma educação de qualidade, pública, gratuita e laica. Como aponta Angela Viana Machado Fernandes e Melina Casari Paludero sobre o PNEDH.

O documento assinala que, desse modo, a educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas

potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social (FERNANDES e PALUDERO, 2010, p.241).

De acordo com o PNEDH acerca da formação dos professores, sugere que a introdução da educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares, ou seja, insira nos conteúdos, metodologias e nas avaliações dos sistemas de ensino, o documento também infere sobre a necessidade da reflexão sobre o tema, que sejam desenvolvidas pedagogias, que a educação em direitos humanos seja relevante para o aluno.

Portanto, observamos que a educação é um direito, e portanto deve ser assegurado esse direito às pessoas, e há a necessidade da promoção em uma educação que valorize e assegure os direitos humanos, uma educação humanizada.

Considerações finais

Este trabalho tem por finalidade produzir uma dissertação que reflita sobre um período triste da História chilena, a partir dos autores citados procuramos apresentar trabalhos que se debruçaram em analisar as violações de direitos humanos durante a Ditadura de Pinochet, nessa perspectiva entendemos como importante o conhecimento da comunidade escolar dos casos de torturas e assassinados praticados por agente de Estado.

As ações não se restringiam ao contexto chileno, como apresentado, havia as relações entre os regimes autoritários, inclusive o regime brasileiro que serviu como exemplo e atuou em apoio a quebra da institucionalidade no país sul-americano.

O uso dos jornais serve para o leitor entender a atuação dessas empresas que atuam em muitos casos para a consolidação de projetos políticos de poder e atuam na construção de imaginários, como foi o caso dos jornais utilizados nessa pesquisa, criando um imaginário de caos no Chile, sobretudo os textos que se dirigiam a “informar” o seu público sobre o governo deposto em 11 de setembro de 1973.

Identificamos que o jornal local estavam alinhados com a grande imprensa do eixo Rio-São Paulo (nesse caso utilizamos como exemplo O Estado de São Paulo), haja vista que em sua maioria compartilharam as notícias de internacionais utilizadas também pelo periódico paulista. Ambos os impressos também sua linha editorial como simpática ao regime inaugurado em 1964 no Brasil.

A análise final das reportagens encontradas nos jornais demonstraram um posicionamento alinhado ou entusiasta em torno do golpe e do Regime Militar que se instaurou no Chile a partir de 1973. Os temas elencados na apresentação do segundo capítulo apontam para um esforço de reconhecer a validade e justificar as ações dos militares no país a partir da desvalorização do governo anterior.

Em certos momentos deixando de lado uma análise mais profunda e críticas em relação aos crimes contra os cidadãos chilenos, em muitos aspectos os impressos colocaram essas informações com um teor meramente informativo sem fazer do tema em suas páginas.

Os impressos apresentaram duas formas de informar a ditadura, em primeiro momento uma visão conservadora e entusiasta do regime recém inaugurado, abordando possíveis mudanças pra melhor, e posteriormente tentando se manter neutro em relação à ditadura.

Como apontado, a necessidade de materiais sobre as violações aos Direitos Humanos durante esses regimes autoritários se dá pela necessidade do conhecimento desses crimes por ações repressivas tais como sequestros, torturas e assassinatos para reprimir seus opositores. Acreditamos que esse produto possa contribuir para a construção de gerações mais conscientes da importância da preservação da Democracia e fortalecimento de órgãos de combate às violações aos Direitos Humanos.

Documentos utilizados

Documento curricular do território maranhense

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

Referências bibliográficas

ANTUNES, Priscila. “O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet”. *Revista Varia Historia* 23 (38), Belo Horizonte, 2007.

ÁVILA, Carlos Federico. O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. In: **História online**, 2014, vol.33. n.1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742014000100014&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 17.05.2017 às 22h.

ÁVILA, Carlos Federico. O caso Letelier quarenta anos depois, 1976-2016. Ensaio de interpretação. In: **Revista brasileira de ciências sociais**, 2017, vol.32. n.95.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.5, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARROS, D’Assunção José. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil, imprensa oficial e imprensa contestadora o jornal como documento, o papel do jornal na história**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira**. 3ed. São Paulo: Editora Senac, 2013. p.285-316.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. V.5, n.11, Universidade de São Paulo, 1992.

Cerveira, N. (2011). RUMO À OPERAÇÃO CONDOR - DITADURA, TORTURA E OUTROS CRIMES. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 38. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5235>. Acesso em: 05.01.2023 às 10h17min.

COSTA, Adriane Vidal, A cobertura do golpe militar no Chile (1973) pelo jornal O Estado de S. Paulo. In: DALMÁS, Carine; (org). **HISTÓRIA DAS AMÉRICAS**

(SÉCULOS XIX, XX e XXI): Perspectivas e experiências de pesquisa no Brasil. 1ed. São Luís: Editora UEMA, 2021. P.155-187.

CUNHA, Manoel Afonso F. ENTRE O JORNAL DO DIA e O ESTADO DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO JORNALÍSTICA NOS ANOS DE CHUMBO. Disponível em: <https://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/08/Artigo-LEHLA-Manoel-Afonso-2.pdf>.

Cruz, H. de F., & Peixoto, M. do R. da C. (2009). NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 35(2). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 05.01.2023 às 9h00min.

DAHÁS, Nashla. O Movimento de Izquierda Revolucionaria do Chile e a construção de uma memória radical para América latina. In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.] **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p.175-191.

FERNANDES, Angela Viana M., & PALUDETO, Melina Casari. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA A ESCOLA CONTEMPORÂNEA. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010 233 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KYK3qM4zNL6zvZdHb54pzft/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 07.09.2023.

GROPPO, B. Os arquivos das associações de defesa dos direitos humanos no Chile e na Argentina. *Acervo*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 17–32, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/458>. Acesso em: 05.01.2023 às 10h:30min.

Lanna Barreto, A. F. A., & de Oliveira, N. S. T. R. (2019). Histórias de violações dos direitos humanos na Era Pinochet: sequestros, desaparecimentos forçados e autoritarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, 45(1), 29–42. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.1.31552>. Acesso em: 05.01.2023 às 10h40min.

HUNEEUS, Carlos. El régimen de Pinochet. Santiago: Taurus, 2016.

HUNT, Linn. A invenção dos direitos humanos uma história. Tradução: Rosaura Eichenber, São Paulo: SCHWARCZ, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas – 2.ed.* São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Freitas. “Revolução e Evolução”: O “Milagre Maranhense” e o consenso do progresso no jornal do Dia/O Estado do Maranhão (1973/1974). In: PICOLLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015. p.193-212.

MAGASICH, Jorge. O Caso dos marinheiros antigolpistas: a primeira violação sistemática dos direitos humanos no Chile. In: QUADRAT, Samantha Viz;

MENDES, Clécio Ferreira. IDEOLOGIA E PODER NO CHILE: A DINA e a repressão na ditadura do general Augusto Pinochet. In: **Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História Conhecimento histórico e dialogo social ANPUH**. 2013, Natal.

Disponível em:
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371325378_ARQUIVO_IDEOLÓGIAEPODERNADITADURACHILENAANPUH.pdf. Acesso em 10.01.2017 as 20h00min.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas latino-americanas: anticomunismo e defesa da legalidade constitucional no Brasil (1964) e Chile (1973). In: **Anais Eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC**. 2004, Maringá. Disponível em:
http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/ricardo_mendes.pdf. Acesso em: 16.01.2017 às 22h30min.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1967-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: Fico, Carlos et al.(Org.) *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 p.143-178.

Pereira Chaves, João Guilherme, de Resende Miranda, João Irineu Terror de Estado e Soberania: Um Relato sobre a Operação Condor. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* [en linea]. 2015, 7(3), 516-532[fecha de Consulta 5 de Enero de 2023]. ISSN:. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337341518006>. Acesso em: 05.01.2023 às 10h27min.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Rafael de Aguiar, OS CRIMES DA DITADURA PINOCHET NO BANCO DOS RÉUS: o processo espanhol contra impunidade intocável. 2011, 70p. monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela (org). **História da América Latina**. 1º Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronaldo. (org) **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 241-273.

ROLLEMBERG, Denise. & QUADRAT, Samantha Viz. (orgs) **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.11-32 (Apresentação).

RÜSEN, Jörn. Horizontes. A plenitude da pesquisa na historiografia. In _____. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora UNB, 2010, p. 169-172.

SIMON, Roberto. **O Brasil contra a Democracia a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

SILVA, Jussaramar da. Trocas de informações e transferências extrajudiciárias entre as ditaduras militares na América do Sul (1960-1970). In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.] *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. 1º Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.p.213-228.

VALDIVIA, Verónica Ortiz de Zárate. “Estamos en guerra, señores!”. El régimen militar de Pinochet y el “Pueblo”. 1973-1980. **História , Santiago de Chile**, n.43, v.1, enero-junio, 2010: 163-201.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e o Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p.121-141.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Lecciones de una Revolución: Jaime Guzmán y Los Gremialistas, 1973-1980. In: ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz; VALLEJOS, Rolando Alvarez; VALLEJOS, Julio Pinto (org). **Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derecha en el Chile de Pinochet**. 1º Ed. Santiago: LOM EDICIONES, 2006. p. 49-100.

ANEXOS

Tabela 4: Notícias encontradas no jornal *O Estado do Maranhão* (1973 – 1990)

Ano	Meses/Quantidade de notícias por mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1973									0	0	1	1
1974	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
1975	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1
1976	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
1977	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
1978	0	0	0	0	0	4	0	0	0	1	2	1
1979	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1980	1	0	0	0	2	0	0	1	1	0	1	0
1981	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
1982	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1983	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1984	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1
1985	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
1986	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1

1987	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
1988	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	0	0	0									

Notícias encontradas no jornal *O Estado de São Paulo* (1973-1990)

Ano	Meses/Quantidade de notícias por mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1973									1	0	1	1
1974	0	0	0	3	1	1	0	2	1	2	0	0
1975	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	1
1976	3	1	0	0	2	0	2	2	2	1	1	3
1977	0	0	6	0	0	1	1	2	0	2	2	2
1978	0	1	2	0	0	0	0	1	1	0	0	1
1979	0	2	1	0	0	0	1	0	1	2	1	0
1980	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1

1981	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3	1
1982	0	2	2	0	0	0	2	1	0	2	2	0
1983	2	0	1	0	1	5	1	2	1	0	2	1
1984	1	0	1	0	1	0	0	6	3	1	0	1
1985	0	4	0	1	0	1	0	1	5	4	2	3
1986	2	0	2	0	0	0	0	0	0	1	1	2
1987	0	2	2	0	1	2	0	1	1	1	0	0
1988	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1990	1	0	0									

A partir da análise do material coletado no jornal “Estadão” dividimos as fontes em temáticas como pode ser observado a seguir:

Artigo de opinião: 17

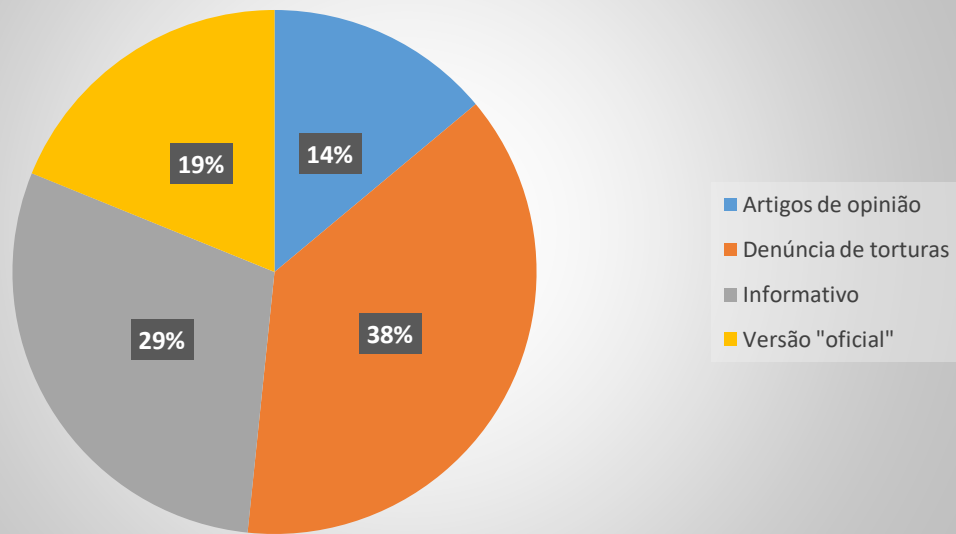
Denúncia de torturas: 46

Crítica à Ditadura: 39

Informativo: 36

Versão “oficial”: 23

Notícias divididas por temas



Quantidade de reportagens por anos (1973-1990)

